



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2022 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO 17 DE JUNHO

-----Aos dezassete dias do mês de junho de 2022, no Auditório Conde Ferreira, em Sesimbra, realizou-se pelas vinte e uma horas, a primeira reunião da sessão ordinária de junho da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência do Sr. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, e secretariada pelos Srs. Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes, Primeiro e Segundo-secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**1. Apreciação da Atividade Municipal;**-----

-----**2. Propostas da 19ª edição da Assembleia Municipal de Jovens.;**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU - João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Victor Ribeiro Antunes, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Rui João Graça Rodrigues, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro, Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes e Pedro Miguel Pinto Mendes; -----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias; Pedro Miguel dos Santos Mesquita; Luisa Margarida Cagica Carvalho; Ricardo Alves Mendes, Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão Mata, Andredina Gomes Cardoso e António Fernando Amiano Marques -----

-----Pelo Grupo Municipal do Chega – Maria Madalena Cartaxo Serra e Silvia Marina Melo Montanha.

-----Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD/PSD) – Carlos Filipe Pereira de Oliveira e Germano Óscar Amorim de Barros; -----

-----Pelo Grupo Municipal do BE- Carlos Alexandre Pinto Oliveira Macedo.-----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU – João Miguel Mateus Castanho. -----

-----Compareceram ainda, o substituto da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Sérgio Fidalgo Carvalho, o substituto da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Ricardo Jorge Marques Dias e o substituto do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Ivan Svac.-----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas. -----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, da Vice-Presidente Felicia Costa e dos Vereadores Nelson Simplício Pólvora, Alfredo Miguel Fernandes e Márcio António de Sousa Oliveira. -----

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O **Presidente da AMS** começou por cumprimentar todos os presentes, o Senhor Presidente da Câmara, os vereadores (as), membros da Mesa e restantes Deputados, bem como os técnicos da autarquia presentes e todos aqueles que colaboravam de forma direta na organização desta sessão e naquilo que era a preparação desta, nomeadamente, os técnicos de multimédia, de som e imagem e as técnicas do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal. Cumprimentou também o Público presente e também aqueles que observavam a sessão através do Canal do YouTube. -----

-----Justificou em seguida a ausência das presidentes da Junta de Freguesia de Santiago e da Junta de Freguesia do Castelo, respetivamente, Laura Correia e Maria Manuel Gomes, que se faziam substituir pelo vogal da Junta de Santiago, Sérgio Carvalho o pelo Vogal da Junta de Freguesia do Castelo, Ricardo Dias, que era a primeira vez que estava numa sessão da Assembleia Municipal de Sesimbra, ao qual desejava os votos de bom trabalho esta noite.-----

-----Justificou também a ausência do Deputado Paulo Caetano, que se fazia substituir pelo Deputado António Marques, e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos pólvora, que se fazia substituir pelo vogal da Junta de Freguesia, Ivan Svac, sendo que era também a primeira vez que estava presente numa sessão da MAS, deu-lhe as boas-vindas e desejou que a sua presença, à semelhança da dos seus colegas, que tinham vindo também em substituição do Senhor Presidente, contribuíssem para os trabalhos. -----

----- Informou em seguida que a Comissão de líderes tinha reunido na semana passada e que tinha feito logo uma previsão para a organização desta sessão que tinha a ver com a divisão desta em 2 reuniões, sendo que a divisão seria feita nos seguintes moldes: na reunião de hoje haveria o Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD), o Período de Intervenção dos Cidadãos (PIAC), que era uma obrigação legal em todas as sessões ou reuniões, e as propostas da Assembleia Municipal de Jovens. Transitaria para a segunda reunião, a realizar no próximo dia 23, quinta-feira, também no Auditório Conde de Ferreira, no mesmo horário, a Apreciação da Atividade Municipal, sendo que teria também, naturalmente, o PIAC.-----

-----De seguida, colocado à votação, **a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dividir a sessão em 2 reuniões sendo que a segunda reunião se realizará no dia 23 de junho (quinta-feira), pelas 21h00 no Auditório Conde de Ferreira, bem como alterar a ordem dos pontos e organização, ficando do seguinte modo:**-----

-----**Reunião de 17/06/2022:** -----

-----**Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD);**-----

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**Período Aberto às Intervenções dos Cidadãos;**-----

-----**Período da Ordem do Dia com o seguinte ponto:**-----

-----**1. Propostas da 19.ª edição da Assembleia Municipal de Jovens.**-----

-----**Reunião de 23/06/2022:**-----

-----**Período Aberto às Intervenções dos Cidadãos;**-----

-----**Período da Ordem do Dia com o seguinte ponto (continuação):**-----

-----**2. Apreciação da Atividade Municipal.**-----

-----**O Presidente** deu em seguida início ao Período de Antes da Ordem do Dia, informando que havia para aprovação uma ata que dizia respeito ao mandato transato (2017-2021), aprovada em minuta, e que tinha sido alvo de análise e contributos pelos líderes do respetivo mandato. À semelhança daquilo que se fazia noutras ocasiões, era costume considerar a ata como aprovada, dado que já tinha sido alvo de correção por parte dos líderes do respetivo mandato. -----

-----Perguntou se havia alguma dúvida em relação a este assunto, não tendo havido qualquer intervenção, a **ata de 01 de março de 2021 do mandato de 2017/2021, aprovada em minuta no final da respetiva reunião, que mereceu a apreciação e concordância dos Líderes dos Grupos Municipais do anterior mandato, foi considerada aprovada**-----

-----De seguida, informou que havia 4 documentos no PAOD que seriam discutidos, como habitual, pela ordem que haviam dado entrada no SAAM, nomeadamente, a Recomendação “Pela Segurança em Santiago” apresentada pelo Grupo Municipal do MSU, a Recomendação “Estacionamento de Motociclos” do Grupo municipal do Bloco de Esquerda, a Recomendação do Grupo Municipal do Partido Socialista, subordinada ao tema “Implementação do Conselho Municipal de Juventude em Sesimbra” e a - Recomendação “Avançar por mais e melhores transportes” do Grupo municipal da CDU.-----

-----Informou ainda que, em termos regimentais, o PAOD tinha 30 minutos seguidos de mais um período de 30 minutos, o que perfazia um total de 60 minutos para debate. Como vinha sendo hábito, no fim desse período, caso ainda houvesse discussão e caso houvesse alguma intenção de intervenção dos cidadãos, sugeria que fosse suspenso o PAOD e que se desse a palavra aos cidadãos para que fizessem a sua intervenção na hora devida naquilo que era mais ou menos a programação da sessão. Como tinham hoje também a presença dos professores(as), pais e encarregados de educação dos jovens da AMJ que estavam aqui para fazer a leitura e a apresentação das propostas, sugeria também que após a hora de debate do PAOD, pudessem suspender e passar para a o Período da Ordem do Dia para que os jovens fizessem a apresentação das propostas. Depois, regressariam ao PAOD, como já haviam feito noutras

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

ocasiões. Como também vinham tendo a prática de cumprir, mais ou menos, os tempos, iam pouco a pouco discutindo, debatendo e avaliando a necessidade dessa prática. -----

-----De seguida, dando continuidade aos trabalhos, cedeu a palavra ao Deputado João Castanho, proponente da **Recomendação "Pela Segurança em Santiago"**, que a seguir se transcreve: -----

-----*"O MSU ao abrigo do Regimento da Assembleia Municipal de Sesimbra, apresenta a seguinte recomendação que visa melhorar a segurança em Santiago para residentes, empresários e visitantes. ---*

-----*Enquadramento:-----*

-----*A nossa Vila tem particularidades únicas, ruas estreitas, inclinadas, acessos sinuosos, em muitos locais temos estruturas fixas que satisfazem empresários, residentes e visitantes, mas que dificultam o acesso numa situação de emergência. As ruas pedonais, características únicas do nosso centro histórico são o nosso orgulho e a alma da nossa vila, sendo muito procuradas por quem nos visita, inclusive para pernovernar nos muitos alojamentos existentes. -----*

-----*Necessidade:-----*

-----*Esta recomendação surge da necessidade de acautelar uma eventual situação de emergência numa situação de catástrofe ou incêndio urbano que caso ocorra provocarão danos irreparáveis na nossa vila para residentes e empresários, para além dos danos reputacionais que como sabemos levam sempre muito tempo a recuperar. Vai ser financiado pela CMS um veículo de socorro urbano para ficar afecto exclusivamente a Santiago, veículo esse que não existia e que após muito debate entre os agentes de Protecção Civil (GMPC e BVS) e que todos os diversos órgãos autárquicos (JFS, CMS, AMS) trouxeram a debate como necessidade. -----*

-----*Congratulamo-nos com a decisão muito rápida tomada pela CMS em avançar para o financiamento que permita a aquisição deste veículo que nos protegerá a todos (em alguns dias apenas).*

-----**RECOMENDAÇÃO PELA SEGURANÇA EM SANTIAGO** -----

-----*Proposta para deliberação: -----*

-----*Com o objetivo de garantir a segurança da nossa vila, propomos que seja efectuado nos primeiros dias após a entrega da viatura um ensaio em "cenário real" de assistência em caso de catástrofe ou incêndio para que se percebam no terreno as limitações que teremos numa situação de socorro. Todas as ruas pedonais devem ser visitadas com o veículo em causa, é previsível que em algumas não conseguiremos entrar ou chegar ao seu final, mas temos que descobrir qual o melhor acesso possível a cada ponto, e a que distância ficaremos, de modo a identificarmos as zonas "mortas" e o que temos que fazer e que barreiras teremos que ultrapassar ou corrigir. -----*

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O veículo de socorro urbano irá ser entregue na época alta. É o momento perfeito para um ensaio desta natureza, pois se tivermos um plano organizado num cenário de “ocupação plena” estaremos preparados para tudo. A data e hora do ensaio ou dos vários ensaios (devem ser efectuados por fases) só devem ser do conhecimento dos seus executores por forma a que as dificuldades encontradas sejam o mais realistas possíveis. -----

-----O resultado desta acção será a construção de um mapa detalhado com indicação de qual a melhor forma de entrar e de chegar a cada local (rua por rua), para que numa situação limite não existam perdas de tempo melhorando a capacidade de resposta. Salientamos que o melhor para todos é que o plano daqui resultante por melhor que seja nunca tenha que ser executado. -----

-----Esta recomendação se for aprovada deverá ser publicitada no boletim municipal apenas após a sua execução e com o seu resultado. -----

-----Sesimbra, 17 de Junho de 2022 -----

-----MSU – Movimento Sesimbra Unida” -----

-----O **Deputado João Castanho** começou por cumprimentar todos os presentes e explicar que esta recomendação havia surgido na sequência daquilo que tinha sido a sua intervenção na última apreciação da atividade municipal, em que haviam abordado este tema e em que haviam concluído que na altura não havia um veículo de socorro urbano. Este era um tema que já vinha muito de trás e que tinha sido complementado com essas informações. -----

-----Referiu que, a zona histórica de Sesimbra, como sabiam, tinha os problemas de todas as outras zonas históricas, portanto, eram as deficiências para as quais, à partida não haveria solução. -----

-----Saudou em seguida Câmara porque passados uns dias tinham sido informados que no orçamento rectificativo havia verba para aquisição desse veículo, sendo que esta era uma dificuldade da proteção civil e dos bombeiros, e queriam agradecer formalmente essa decisão. -----

-----Disse que esta recomendação surgia também porque, a Vila de Sesimbra, para além da sua população, tinha muita gente que dependia economicamente desta. Era muito procurada por visitantes, investidores de comércio, restauração, mas também muitos alojamentos. Havia muitas famílias que dependiam ou complementavam os seus rendimentos a partir da disponibilidade do alojamento que proporcionavam aos visitantes, sendo cada vez mais uma forma de subsistência. -----

-----As ruas pedonais, felizmente, estavam cheias de vida e queriam que assim continuassem, mas seguras, por forma a que conseguissem prestar socorro e apoio a quem dele precisasse. Neste sentido, havia surgido esta recomendação numa fase inicial, sendo que depois tinham recebido o contributo do

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Grupo Municipal da CDU, na pessoa do Deputado Rui João, que havia contactado e alertado para algumas correções, e em conversa, haviam concluído que este momento seria um bom ponto de partida e que poderia ser melhorado.-----

-----O que propunham neste momento, era retirar o documento e baixá-lo às comissões para melhorar e posteriormente vir para aprovação em unanimidade, isto era, a proposta que estava na recomendação, presumindo que o veículo não tinha sido ainda entregue e se estaria para breve, portanto, poderiam adiar a apresentação da recomendação para que fosse melhorada. -----

-----Sugeri que a Recomendação baixasse à Comissão 6, que era a que estava diretamente relacionada com o tema, mas também à Comissão 1, pela unanimidade que este que este tema merecia, de forma a que o documento fosse melhorado e depois viesse à AM, porque este era um problema de todos, uma situação que tinham de pensar muito bem como é que iriam resolver, como é que defenderiam todos, desde a população e famílias que neste momento dependiam dos alojamentos, sendo que a segurança era fundamental. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que começou por cumprimentar todos os presentes, o Presidente da Câmara e Vereadores e Deputados da AM. Acrescentou que era com grande satisfação que viam aqui uma participação tão jovem que deixava sempre uma perspetiva de futuro. Era muito importante sentir que estavam aqui e que viessem mais vezes. Deixou também um cumprimento especial aos funcionários do Município e também da Assembleia Municipal e a todos os que estavam a seguir os trabalhos desta Assembleia. -----

----- Relativamente a esta Recomendação, disse que se congratulavam com a posição do MSU de retirar este documento, porque seria precisamente essa a proposta que fariam para que este baixasse às comissões. Desde logo, porque olhando para recomendação e para o título desta: “Pela segurança em Santiago”, deixava algumas dúvidas sobre que tipo de segurança é que estavam a falar. Esta era uma questão em que seria importante fazer uma alteração no sentido de tentar concentrar mais aquela que era a intenção deste documento, se estavam a falar do *safety* ou *securities*, até porque há 1 ano tinham tido problemas de segurança aqui em Santiago, como todos estavam lembrados, na vertente mais *security* e, portanto, assim que se lia o título, surgia essa dúvida.-----

----- Entre outras questões, a Recomendação estava muito focada naquilo que seria a vinda dum veículo ou de uma viatura, no entanto, era importante referir que na Vila de Sesimbra e na Freguesia de Santiago existiam outras condicionantes ao socorro das pessoas e, portanto, deveriam também alargar o



Assembleia Municipal de Sesimbra

âmbito a essa perspetiva mais lata daquilo que era o plano de ação ou de socorro a qualquer coisa que acontecesse aqui na Vila. -----

-----Todos já tinham sido confrontados com situações destas, principalmente no Verão, em que viam ambulâncias a querer chegar a um sítio e veículos dos bombeiros, bem como a questão dos pinos fixos que continuavam a ser um problema na Vila, sendo que julgava também ser importante abordar aqui de que forma e que outras soluções se poderiam prever no sentido de não criarem condições para que se impossibilitasse o acesso e o socorro em emergências. -----

-----Havia outra questão em termos de metodologia, sendo que a recomendação tinha uma questão metodológica invertida, porque primeiro apontava para o simulacro e para que posteriormente fosse elaborado um plano, e, nas suas perspetivas, primeiro dever-se-ia prever e estabelecer um plano, fazer-se um simulacro para testar esse plano e a seguir fazer as correções ao respetivo plano que resultassem daquilo que fossem as lições aprendidas no simulacro. -----

-----Por fim, disse que estas eram algumas das notas que traziam aqui e, por isso, iriam propor precisamente que o documento pudesse baixar às Comissões para ter os ajustes e as melhorias que merecia. -----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Paula Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes, em particular os jovens que aqui estavam pela primeira vez, embora fosse a 19ª Assembleia de Jovens, cumprimentar também os pais e os professores e agradecer a presença e a adesão a este projeto que era uma grande satisfação. -----

-----Relativamente à recomendação, disse que a CDU a também tinha visto esta com bastante satisfação. Também era um assunto que os preocupava imenso e congratulavam-se pela apresentação desta recomendação, no entanto, sugeriam que a mesma baixasse à Comissão também com uma alteração relativamente ao quinto parágrafo, mas essencialmente porque o Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil de Sesimbra também já previa promover a existência de planos prévios para intervenção, por exemplo, no Centro Histórico do Município, bem como promover uma base de dados relativa a edifícios com vulnerabilidade face à ocorrência de incêndios e realizar um levantamento com as condições e meios de segurança existentes no centro urbano antigo. Neste sentido, era preciso perceber junto da Câmara Municipal de Sesimbra estas situações. -----

-----Também relativamente à questão do simulacro, disse que o Município havia participado num exercício Europeu de Proteção Civil, o Cascade 2019, onde efetivamente já tinha sido feito um simulacro na Rua Eça de Queirós em Sesimbra e também no Ribeiro de Cavalo. Acrescentou que se recordava desta

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

situação porque tinha feito parte do voluntariado deste exercício que pressupunha que um filho seu era vítima no Ribeiro de cavalo. Tinha sido um exercício muito interessante, onde havia participado alguma parte da população voluntária, funcionários de autarquia, a Proteção Civil e todos os meios tinham sido acionados. Era importante também perceber se desse exercício haviam resultado relatórios no sentido de perceber algumas falhas e o que deste havia resultado, bem como quais seriam as melhorias e sugestões a apontar no sentido da avaliação desses exercícios. -----

----- Referiu que para além desse exercício do Ribeiro de cavalo, tinha havido também um na Rua Eça de Queirós ao qual apenas havia assistido, e de certeza que a Proteção Civil, os Bombeiros e todos os operacionais tinham tido de fazer uma avaliação sobre aquilo que havia acontecido nessa iniciativa. Era importante também que pudessem saber o que é que efetivamente havia resultado dessa avaliação. -----

----- Disse que era necessário identificar efetivamente os riscos não só daquilo que o Deputado Sérgio Faias havia referido, mas também no que dizia respeito ao estacionamento irregular que muitas vezes acontecia nas ruas mais pequeninas do centro histórico, por exemplo, nas ruas paralelas à Fonte Nova, à Rua da Esperança e à Rua D. Dinis. Portanto, uma série de ruas no centro histórico em que caso houvesse um acidente, que não teria de ser um incêndio, mas um acidente qualquer, sendo que uma ambulância poderia querer passar para ir buscar um doente. Estas eram as preocupações da Bancada da CDU. -----

----- Outra questão preocupava era as falhas do Siresp que já tinham sido abordadas nesta Assembleia Municipal, mas não tinha havido resposta ainda da Administração Interna e, daí que considerassem esta recomendação importante e sugerissem que baixasse às Comissões 6 e 1. -----

----- Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que após cumprimentar todos os presentes, disse concordar com a generalidade de algumas das intervenções que tinham sido feitas relativamente à questão de necessitarem ter alguma preocupação sobre as questões de segurança da Zona Histórica, no entanto, o serviço Municipal de Proteção Civil tinha essas preocupações. Disse recordar-se de que quando era Vereador da Proteção Civil, tinha havido um incêndio na rua ao lado Hotel Sana, em que tinham tido de desmontar uma série de instalações de restaurantes, nomeadamente fogareiros, porque embora houvesse uma esplanada que não estava completamente instalada e tinha sido toda desmontada rapidamente, sendo que de repente havia desaparecido tudo porque os bombeiros tinham de passar com um carro de incêndio, mas nem que passasse por cima daquilo tudo, porque não havia problema nenhum. -----

----- Acrescentou que tinham de garantir que esta forma de fazer com que as coisas que fossem obstáculos à passagem do socorro em qualquer circunstância, pudessem desaparecer de um momento

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

para outro, nem que fosse na hora do almoço. Portanto, se houvesse uma esplanada, que cada um agarrasse na sua mesinha e começasse a fugir. Tinha de ser assim, porque o que estava em causa muitas vezes era o socorro de pessoas e de bens, e se não houvesse tempo de chegar lá, a desgraça às vezes podia ser pior. -----

-----Disse que tinha confiança naquilo que a Proteção Civil Municipal estava a fazer e que sempre havia feito, sendo que sempre tinham tido preocupações nesta área, mas também estava de acordo com as intervenções que aqui tinham sido feitas relativamente à preocupação que tinham de ter em conhecer, porque considerava que talvez não conhecessem aquilo que estava feito, e a Assembleia Municipal devia ter um conhecimento mais aprofundado relativamente àquilo que era feito e toda a estrutura e todo o conhecimento que tinha a Proteção Civil, bem como de todos os planos que existiam relativamente não só à parte histórica da Vila, mas eventualmente em relação a outras áreas de intervenção da Proteção Civil, porque estavam a falar de Proteção Civil, não estavam a falar de mais nada.

----- Disse que baixar esta Recomendação à Comissão iria servir também para todos, incluindo o próprio, que já tinha sido vereador há muitos anos, retomar o conhecimento que tinha relativamente aos planos da Proteção Civil e para as outras pessoas terem a noção de que efetivamente existiam planos que podiam ser testados, e sobre os quais podiam ser feitos simulacros, que eram muitas vezes feitos em muitos sítios, e acreditava que continuavam a ser, mas se tivessem esse conhecimento também aumentaria o sentimento de segurança e assim poderiam transmitir aos outros esse sentimento de segurança. -----

-----Disse também que via esta recomendação mais como uma forma de a Assembleia Municipal abordar um tema que era muito importante, até do ponto de vista pedagógico, para a população saber que efetivamente existia trabalho feito nesta área e que esse trabalho estava sempre disponível para qualquer emergência. Acrescentou que esta recomendação poderia depois das reuniões das comissões e de vir à Assembleia Municipal, ser um bom instrumento de publicidade da segurança e também poderia servir para, eventualmente em questões pontuais ou não, talvez dizerem da sua justiça e fazer uma intervenção relativamente a este assunto e fazer sugestões ou questionar sobre quais as soluções e o porquê daquelas soluções. Neste sentido, considerava que esta recomendação deveria de baixar à Comissão com a ideia de que já existia trabalho feito e de que já existiam planos, sendo que não era algo que estivesse ao “Deus dará” e à sorte do criador a ver se não acontecia nenhum azar, e isso era importante. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Interveio o **Deputado João Castanho** que agradeceu os contributos de todos e disse que a ideia, quando sugeriram o cenário real, era precisamente encontrar as dificuldades, os carros mal-estacionados quando os carros lá chegassem, os restaurantes cheios, as pessoas na rua, e questionar como chegariam a esses sítios. Achava que isso era consensual e a proposta era efetivamente baixar às comissões 1 e 6.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por cumprimentar a Mesa, todos os deputados municipais, o público presente, particularmente, os alunos dos diversos agrupamentos do Concelho que haviam participado na Assembleia Municipal de jovens e respetivos professores, bem como toda a equipa de apoio da Assembleia Municipal e levavam esta transmissão em direto, e também todos aqueles que acompanhavam a partir de casa.-----

-----Justificou em seguida a ausência da Vereadora Argentina Marques se encontrava fora do país em representação do Município e do Vereador José Polido que tinha tido um exame médico e não se encontrava em condições de poder presente nesta reunião.-----

-----De seguida, relativamente à Recomendação, disse que, independentemente da temática ser da Assembleia Municipal e de achar também que fazia todo sentido baixar a Comissão, como fazia sentido na Comissão ouvirem-se inclusivamente os intervenientes, nomeadamente o Gabinete Municipal de Proteção Civil, sendo que hoje tinham a felicidade de o Comandante dos Bombeiros ser exatamente o mesmo que era o Coordenador do Gabinete Municipal de Proteção Civil, pelo menos era essa a apreciação que faziam e que era acompanhada pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil a nível regional e distrital. Isto vinha sendo nas suas apreciações, um ganho de eficiência também na resposta e no socorro ao Concelho.-----

----- Iria deixar só 2 ou 3 notas, que não poderia deixar de fazer só para alguma clarificação sobre as questões que tinham sido colocadas ou que estavam também na própria recomendação. A primeira nota era dizer que o veículo que ainda não tinha vindo, mas que estava encomendado, era um veículo de combate a incêndios urbanos. Não era o primeiro que existia no Concelho, sendo que já existia um veículo de combate a incêndios Urbano que estava sediado na Quinta do Conde porque o número de ocorrências de incêndios urbanos na Quinta do Conde era muito maior do que os incêndios e ocorrências na Freguesia do Castelo e na Freguesia de Santiago. Vinha sendo este o histórico, mas o Gabinete Municipal de Proteção Civil poderia dar esses números caso fossem solicitados e até num quadro de apreciação em sede das respetivas comissões.-----

----- Disse também que a necessidade de um novo veículo, tendo em conta quer a idade do veículo que existia, quer tendo em conta a necessidade de ter 2 veículos pela proximidade aos 2 principais

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

núcleos urbanos, se havia verificado já há muito tempo, não devido a uma emergência, nem de um “estalar de dedos”, pois já há algum tempo que tinham vindo a ponderar a situação de poder ter um segundo veículo para dar resposta a um dos núcleos urbanos e poder também compensar a idade do veículo que se manteria em funções, dando resposta de proximidade. -----

-----Referiu que este veículo de combate a incêndios urbanos vinha também com uma segunda dimensão, que era a possibilidade de ser um veículo de desencarceramento, juntando as 2 dimensões, uma vez que só tinham um único veículo de socorro no Concelho para desencarceramento e, ou estava no destacamento da Quinta do Conde ou no Quartel de Sesimbra, sendo que não estava sediado de forma fixa num dos locais, este vinha dar também essa segunda resposta, e daí ser um veículo que custava mais 100.000,00€ do que aquilo que seria um veículo normal exclusivamente de combate a incêndios urbanos, de grosso modo, porque nem todos tinham o mesmo valor, dependia dos respetivos fornecedores. -----

----- Referiu que aquilo que se perspectivava era que este veículo, até pelas suas dimensões, que eram ligeiramente superiores ao existente, ficasse na Freguesia da Quinta do Conde e que o de combate a incêndios urbanos, que era mais pequeno e mais antigo, mas simultaneamente, ficasse sediado no Quartel de Sesimbra. Acrescentou que, esta era uma questão de planificação e de organização de trabalho e não uma questão política. Era uma questão obviamente técnica. Esta era informação que tinha da Proteção Civil e do dos próprios bombeiros. -----

-----A segunda nota que queria deixar, e que já tinha sido aqui levantada pelo Deputado Sérgio Faias, não só na dimensão da planificação, do planeamento e da execução, que tinha a ver com o simulacro, e depois da necessidade do reajuste a essa planificação em função daquilo do resultado do simulacro. Para além desta dimensão, também era bom que se dissesse que um simulacro não se fazia num ambiente que fosse de surpresa para todos. Pelo menos não conhecia nenhum que tivesse sido feito dessa forma. ----

-----Acrescentou que, os simulacros que tinham sido referidos pela Deputada Paula Rodrigues, quer o do Ribeiro de Cavalão quer o da Vila de Sesimbra em 2019, não tinham sido exercícios da exclusiva responsabilidade do Gabinete Municipal de Proteção Civil, sendo que tinham estado integrados numa operação de larga escala que se havia feito no país e tinham escolhido Sesimbra para realizar estas 2 operações e, portanto, o Município de Sesimbra e a Câmara Municipal nem sequer tinham esses relatórios. A Proteção Civil tinha-os, obviamente, mas a CM não tinha tido conhecimento formal da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Sabiam as falhas porque tinham sido reportadas algumas das matérias. -----

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Referiu que uns simulacros se faziam com preparação, sendo que seria impensável, salvo melhor opinião, que no efeito surpresa, entrassem, fosse com uma viatura fosse com uma operação, na Vila de Sesimbra sem haver uma pré-preparação. Isso não iria condicionar a melhoria, porque normalmente no simulacro, fosse efetuado nas escolas, ou como o último da Proteção Civil Municipal que tinha sido realizado num ambiente de incêndio urbano no Cineteatro Municipal, tinha um conjunto de “atores” que até já tinham sido alunos no Cineteatro que sabiam bem o papel que desempenhavam para poderem criar um ambiente de crise para que pudessem ter a resposta, mas não colocavam em causa nem as próprias pessoas do ponto de vista da segurança ao serem apanhadas de surpresa, nem punham em causa todo o contexto económico do próprio Conselho com esta situação. -----

-----A última nota tinha a ver com a questão também do título da Recomendação, que concordava, portanto, ou faziam, salvo melhor opinião, uma recomendação no sentido mais lato, mas realmente esta questão da “Segurança em Santiago” só pelo título em si, até porque a Recomendação teria um cariz Público, sendo ou não aprovada por este órgão, remetia para situações que podiam ser dissociáveis daquilo que efetivamente estavam a tratar. Tinha a ver efetivamente com questões de incêndio e de catástrofes ou de uma situação que fosse necessário socorro. -----

-----Acrescentou que no ano passado tinha havido um episódio que também tinha a ver com segurança ou com a falta desta, particularmente de efetivos de segurança, que de facto condicionava da mesma forma, na sua opinião, que os pinos eventualmente podiam condicionar. Era verdade que os pinos condicionavam, mas condicionam no sentido de muitas vezes não poderem utilizar aquele espaço para poder deixar outro espaço livre para poder ser utilizado. Mas, havia uma verdade indesmentível que por muito que atentassem não tornar pública para efeitos até de não expansão da dificuldade que tinham Concelho e particularmente na Vila de Sesimbra, não tinham nenhum problemas neste momento em afirmar que o Conselho, e outros também, sofria e tinha efetivamente um problema de falta de efetivos das forças de segurança que condicionava quer as questões de socorro, quer as questões de acompanhamento das situações de catástrofe, quer as situações de segurança, quer as questões de fiscalização de estacionamento, até que uma próxima recomendação que viesse no sentido também daquilo que o proponente colocava. Portanto, havia efetivamente uma considerável falta de efetivos que, salvo melhor opinião, também devia ser alvo de apreciação nesta Assembleia Municipal. -----

-----De seguida, colocado à Votação, a **Assembleia Municipal Deliberou, por unanimidade, sob proposta do Grupo Municipal proponente, baixar às Comissões “1” – Líderes dos Grupos Municipais e**



Assembleia Municipal de Sesimbra

“6” – Transportes, Mobilidade e Segurança, a Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra com o título “Pela segurança em Santiago”. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que começou por cumprimentar todos os presentes, a Mesa e todos os deputados, os membros do executivo e os jovens e professores da Assembleia Municipal de jovens, agradecendo a sua presença e reafirmando que estavam todos muito satisfeitos pela sua presença e esperavam ouvir a apresentação das suas propostas na Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, referiu que à luz do Regimento da AMS, acreditava, que não era votado baixar os documentos às comissões, sendo que esta era uma decisão do proponente. -----

-----**O Presidente da AMS** disse que não havia essa necessidade, e que tinha havido concordância de todos, mas assim ficava expresso em ata e até em termos de gravação, áudio e vídeo. -----

-----Logo após, deu continuidade ao PAOD cedendo a palavra ao proponente da **Recomendação “Estacionamento de Motociclos”**, Deputado Carlos Macedo, que a seguir se transcreve: -----

-----*“O usufruto e a fruição do espaço público são um direito inalienável e não pode por isso a sua utilização ser monopolizada por qualquer grupo, formal ou informal, sob pena de colocar em causa esse direito. -----*

-----*A forma como o passeio pedonal na marginal da Avenida 25 de Abril em Sesimbra tem vindo a ser usado, de forma abusiva, para estacionamento de motociclos coloca em causa a utilização desse espaço pela população e é um potencial perigo para os peões. -----*

-----*Não pode ser confundido o bem receber com permissividade e desrespeito pelas regras de usufruto do espaço público. Aquele passeio pedonal não é um estacionamento de motociclos e assim deve continuar. -----*

-----*Compreendendo a necessidade de que sejam criadas as condições que permitam aos motociclistas visitarem a vila de Sesimbra nos seus motociclos, recomenda-se ao executivo que encontre um local para estacionamento dessas viaturas e que promova junto das entidades fiscalizadoras a necessidade de impedir o estacionamento desregado e a ocupação das vias pedonais por veículos motorizados. -----*

-----*Não podem os órgãos autárquicos deixar cristalizar um mau hábito que além de manchar a imagem da vila, seja um perigo para os peões.” -----*

-----O **Deputado Carlos Macedo** disse que a Recomendação era bastante explícita, mas deixaria 2 ou 3 notas sobre o que lá estava escrito, que tinha a ver com um dado que não era novo, e quem conhecesse a Vila de Sesimbra sabia que era algo que quase era assumido como natural, quando considerava anti

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

natura, que era ocupação de um espaço pedonal, do passeio na Avenida 25 de Abril, no início da Avenida, a seguir à Fortaleza, por motociclos que estacionavam na zona que devia ser para os peões, no passeio.-----

----- Referiu que vinha havendo um crescendo, que tinha sido muito evidente também na altura da pandemia e nos fins de semana, sendo que sempre que estava algum sol já se notava isto. E agora, com a proximidade do Verão e a época balnear, e aqui considerava que acabava por ter alguma ligação com a recomendação apresentada anteriormente, porque também era uma questão de segurança que estava em causa, e aquilo que queria deixar também expresso nesta intervenção inicial era que nada desta recomendação era contra a vinda de motards ou motociclistas de visita ao Concelho de Sesimbra. Esta Recomendação vinha no sentido de se poder encontrar um local onde, de forma regrada, se pudessem estacionar esses motociclos. O que não podia acontecer era estes ocuparem um espaço que era para usufruto da população, além de que também em termos estéticos não era muito recomendável que isto continuasse a acontecer, mas esse era o menor dos problemas. -----

-----Referiu que o principal problema tinha a ver com o facto de o uso do espaço público ser aquele que estava previsto e, neste caso era uma utilização pedonal. Nesse sentido, até porque também tinha sido aflorado agora com o Senhor Presidente, considerava que devia de se criar primeiro que tudo um local para onde essas motas pudessem ser estacionadas, mas não sabia, até porque com a dificuldade de efetivos e de fiscalização, se a criação de algumas barreiras físicas poderiam dificultar esta utilização. O que achava era que não podiam continuar a “assobiar para o lado” e a ver algo que era tão evidente e não tomar uma posição, daí entender que fazia todo o sentido trazer esta recomendação à Assembleia Municipal. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que disse, como declaração de interesses, que também era utilizador de mota, e, portanto, iria expressar-se porque os motards também tinham direito a expressar a sua opinião. -----

-----Referiu que muitas vezes passava na Avenida ao Domingo e já tinha pensado que os abusos iriam levar a que se tomassem medidas, e num dia fazia-se tudo e no dia seguinte não se fazia nada. Havia efetivamente, e reconhecia que havia, abusos por parte dos grupos motards que visitavam Sesimbra que chegavam ali estacionavam as motas de qualquer maneira. Ocupavam todo o espaço e já não era só o espaço junto aos pinos, pois começam a ocupar a parte do meio e depois acabavam por ocupar também a parte junto à própria Muralha, não havendo possibilidade de as pessoas passarem de um lado para o outro, sendo que se apoderavam de todo aquele espaço. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Isto não era aceitável, mas tinham de considerar que aquilo que tinha sido permitido durante muito tempo, provavelmente poderia ser regulado e poderia haver aqui uma compatibilização da ocupação daquele espaço ou parte daquele espaço para os motards, com a vinda deles e com o Público que utilizava aquele espaço. Acrescentou que não podiam dizer que eram os motards que ocupavam aquilo tudo, porque eles ocupavam durante um período da manhã, normalmente entre as 10h30 e as 12h30, a partir dessa hora começam todos a ir embora, iam almoçar a Casa, ou no Seixal, Barreiro ou Setúbal, onde viviam. Portanto, os motards desapareciam praticamente todos, sendo que da parte da tarde apareciam mais uns quantos, mas não tinha nada a ver com aquele grupo que aparecia na parte da manhã. -----

-----Isto era um movimento que tinha sido criado e que de certa forma estava enraizado neste movimento de motards ao Domingo. Ou iam Cabo Espichel, o que acontecia cada vez menos, e iam mais para a Vila de Sesimbra, e tinham de considerar que este movimento também, para além do horário, tinha uma sazonalidade que lhes estava associada, nomeadamente a Primavera e o Outono. No Verão, os motards iam para o Algarve ou de férias para outros os lados como as outras pessoas, sendo que não se reuniam nem em tanta quantidade nem com esta frequência. Eles reuniam mais nesta fase da Primavera, até começar as férias no início de julho, e até setembro estes movimentos praticamente desapareciam para voltar a aparecer outra vez em outubro. -----

----- Esses movimentos também tinham interesse do ponto de vista económico para aqueles estabelecimentos que existiam ali na Avenida e que estavam, no fundo, “às moscas” se não houvesse este tipo de movimento. Se estivessem à espera de que as pessoas que vinha de carro e que deixassem o carro ali em cima e que vão depois ocupar as esplanadas, aquelas horas as esplanadas estavam vazias, e se olhassem para isto, era um movimento característico, próprio, pontual e que não deviam criar dificuldades de forma que este movimento desaparecesse. O que deviam fazer era reservar um espaço ao longo da Avenida em que as motas pudessem encostar junto aos pinos, e naquela zona junto aos pinos, normalmente encostavam a traseira e depois saíam, e aí poderiam, eventualmente, podiam levar para aí, 200 motas, e este movimento não se acabaria. -----

-----No fundo, compatibilizamos este movimento, a utilização que este movimento fazia daquele espaço, compatibilizavam os interesses económicos do Concelho, daqueles estabelecimentos que ali existiam e compatibilizavam a utilização daquele espaço para aquilo que havia sido criado, para as pessoas, no fundo, poderem passear naquele espaço da Avenida. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Relativamente a esta recomendação, entendia que não apontava para uma saída deste tipo, mas para eventualmente agarrar nas motards dizer para irem por as motas na Doca, mas ninguém iria pôr as motas na Doca porque ninguém as abandonaria. Alguns, quando lá chegassem já estaria outra mota no lugar, e porque muitas dessas motas eram de coleção onde estavam investidos milhares de euros. -----

-----Por fim, disse que era preciso ter cuidado e era preciso efetivamente impor alguma disciplina, mas não podiam acabar com as coisas porque elas também tinham interesse para o Concelho, especialmente para Sesimbra. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Pedro Mendes** que cumprimentou todos os presentes e o público em casa, e disse, em relação a este a este documento, que achava que não estava tão completo como deveria estar, até porque pelas palavras do Deputado Carlos Oliveira, aqui já havia uma solução. Ou seja, considerava que podia haver mais do que uma solução exposta neste documento. -----

-----Este era um problema que tinham e julgava que o Senhor Presidente também tinha conhecimento deste problema. Todos passavam pela marginal e sabiam como é que estava, nomeadamente ao domingo de manhã com o estacionamento dos motards. No entanto, considerava que seria importante não só a apresentar neste documento algumas soluções, como a ouvir a GNR neste caso, que era quem tinha falta de contingente e quem saiba ouvir o moto clube que havia em Sesimbra sobre esta situação. -----

-----Acrescentou que, não querendo desfazer totalmente a recomendação, mas achava que, já com este contributo do Deputado Carlos Oliveira, e ouvindo também Senhor Presidente em relação a esta situação, considerava que era um documento que deveria baixar a Comissão 6 para uma análise e para ouvir também as propostas que poderiam vir da GNR e de todos os envolvidos. -----

-----Interveio em seguida o **Deputado Sérgio Faias** que disse que uma das vantagens do documento não ser muito completo era que deixava abertura para que se pudesse estudar um conjunto de soluções, o que era positivo. -----

-----Disse que que do ponto de vista do Partido Socialista, no próprio período de campanha eleitoral, há 1 ano, este tinha sido um tema sobre o qual, ao contrário do que tinha sido referido, muitos dos comerciantes e donos de estabelecimentos na zona da marginal se queixavam e questionavam, porque era o ruído e o fumo, porque depois normalmente não vinha um de cada vez, vinham vários e ligavam as motas e colocavam os motores a trabalhar durante algum tempo antes de saírem. Havia aqui um conjunto de práticas que poderiam ser melhoradas, mas era claro que tudo isto se agravava quando viam a expansão de esplanadas, sendo que qualquer dia para percorrer a marginal teriam de ir pela praia. -----

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O conjunto de esplanadas acumuladas com um conjunto de motas mal-estacionadas ou estacionadas abusivamente, ia trazendo estes problemas. Assim, propunham, se o proponente tivesse essa abertura, em vez de se recomendar ao executivo que encontrasse um local de estacionamento, porque também não parecia a melhor forma de juntar todas as pessoas num único local, que se estudasse soluções para estacionamento dessas viaturas, em vez de estar a empurrar para um local. Sabiam que havia soluções, e mesmo no Grupo do Partido Socialista, das pessoas estavam na Assembleia de Freguesia de Santiago, tinham feito o levantamento de um conjunto de locais, sendo que poderiam depois também, se quisessem, nessa fase, apresentar essas propostas. -----

----- Disse pensar que o documento estava construído para deixar uma recomendação para que se começasse a fazer qualquer coisa e era de certa forma tão lato que neste caso não tinha entrado em tanta especificidade que obrigasse a que tivesse de ser revisto em comissão, portanto, se o proponente entendesse que deveria de ir para a Comissão 6, não se opunham, mas a forma aberta como estava feito o documento, não estando afunilado para encontrar soluções, também permitia que fosse votado aqui e que depois, naturalmente, em sede do trabalho que o município iria executar, recolhesse todos esses contributos e encontrasse as melhores soluções. Portanto, achava que o documento tinha esse mérito. ----

-----Usou da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que, relativamente à proposta feita pela Bancada do PS, disse que a alteração de semântica ou da forma como estava elaborada a parte que suscitava a deliberação ou a parte efetiva da recomendação, não chocava. Podia-se fazer a alteração sem nenhum problema, até porque o objetivo da recomendação era trazer aqui ao plenário a discussão deste problema, que era percebido, pelas intervenções que tinham sido feitas, e que era reconhecido por todos, e não apontar nenhuma solução específica, discordando do que tinha sido dito pelo Deputado Carlos Oliveira de que o documento apontava para a criação ou para a colocação fora da zona da marginal. -----

----- O que era referido na recomendação era que fosse encontrado um local, que poderia ser também na marginal, admitindo era que a Câmara também deveria averiguar e estudar este problema, sendo que também havia uma capacidade de carga possível para isso. Não sabia se era 2500 motas ou 150, mas considerava que devia ser limitado. O objetivo não era dizer que não podiam estacionar motas na marginal, mas encontrar onde é que elas deviam estar e quantas é que podiam lá estar. O documento apontava para que se encontrasse um local ou vários locais, mas a intenção não era que fossem fora, ou exclusivamente fora, da marginal. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse em seguida que deixaria uma nota, que por acaso aqui já tinha sido afluída também pelo Deputado Sérgio Faias, que efetivamente, não sabia se eram todos, mas alguns, pelo menos, dos donos de estabelecimentos ou dos que exploravam estabelecimentos na marginal, não viam grandes vantagens económicas pela presença deste fluxo tão grande de motards por essas situações do fumo e por que muitos acabavam por não ter grandes consumos. Havia também outra coisa que nunca conseguiam medir, mas que as pessoas também transmitiam, admitindo que não todos, que era a presença de uns podia afugentar outro tipo de clientela. Isso era uma coisa que não conseguiam aferir. -----

-----Por fim, disse que não tinha nada contra a visita de motociclistas ou motards à Vila de Sesimbra, mas achava que deviam regar esse acesso para que a ocupação fosse, no mínimo, partilhada, mas segundo regras.-----

-----Interveio o **Deputado Pedro Mendes** que disse que a questão de baixar à Comissão 6, tinha a ver também com a última frase do documento, porque o Deputado Carlos Macedo tinha tido o cuidado de dizer que não tinha nada contra os motards, mas depois, na última frase do documento, lia-se: *“Não podem os órgãos autárquicos deixar cristalizar um mau hábito que além de manchar a imagem da vila...”*. Perguntou quem é que deixava o mau hábito na Vila, se era o estacionamento ou se eram os motards. Queriam saber esta questão para perceber a semântica do documento. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que respondeu que o mau hábito era ver que o facto de estar a acontecer e não fazerem nada sobre isso. Por esse motivo é que estava a vir aqui à Assembleia Municipal, no sentido de se recomendar para que se pudesse estudar um encontrar de uma solução. O mau hábito era a ocupação excessiva e desregada de um espaço que não estava vocacionado para aquilo a que estava a ser utilizado, que era muito simples. -----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que disse que, uma vez que tinha sido manifestado da parte de algumas bancadas a sugestão de baixar o documento à Comissão, perguntou se a Bancada proponente acolhia essa intenção.-----

-----O **Deputado Carlos Macedo** disse que, pelo tipo de documento e pela forma como estava elaborado, não parecia que fizesse sentido baixar o documento. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Presidente da CM** que começou por confirmar o que era óbvio, que já tinha sido aqui relatado pelo Deputado Sérgio Faias, e que poderia ser relatado por qualquer um que estava sentado nestes cadeiras, inclusivamente parte dos alunos que aqui estavam, que de facto era um problema que a Vila de Sesimbra tinha com o aumento do estacionamento durante os fins de semana, e aqui acompanhava em parte significativa as palavras do Deputado Carlos Oliveira, que havia, durante um

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

determinado período do ano, uma maior incidência. Portanto, havia um período cuja incidência não era de certa forma considerável e que criava constrangimentos que todos notavam.-----

-----Era um facto que todos sabiam e já tinham sido feitos grandes avanços no sentido de tentar resolver essa situação, nomeadamente na avaliação perante um conjunto de entidades que tinham responsabilidade sobre esta matéria, particularmente, as entidades fiscalizadoras, citando o documento e também obviamente entre o município, mesmo entre o executivo municipal relativamente a esta questão. -----

-----Referiu que o que o documento não adiantava, era uma solução que também ainda não tinham encontrado, mas também convinha dizer que, não sendo uma matéria fácil, até porque a dinâmica, conforme tinha referido o Deputado Carlos Oliveira, dos motociclistas poderem visitar, sobretudo ao sábado ao domingo de manhã, dentro do período da manhã, determinadas localidades como ponto de encontro, era um movimento que se via muitas vezes chegar a um sítio ou uma localidade, como era o Cabo Espichel, que era quase um santuário nesta matéria, e passado alguns anos Sesimbra não tinha, de certa forma, nenhum relevo também neste movimento. Hoje tinha, mas amanhã podia vir a não ter.-----

-----O que importava aqui era realçar primeiro que já tinham reunido num conjunto significativo de ocasiões com as forças de segurança, sendo que estas tinham tido também o intuito de apreciar, mesmo com falta de efetivos, se se justificaria uma ação mais musculada e fiscalizadora por parte das forças de segurança. A conclusão das forças de segurança ao Município tinha sido que havia um problema de não haver alternativa aos motards para estacionarem na marginal, particularmente na marginal nascente e, portanto, se tivessem uma ação musculada seria fazer, de certa forma, aquilo que se havia referido, que era dizer que não podiam estar e ficar em Sesimbra.-----

-----Disse que, do ponto de vista das forças de segurança, e em apreciação por parte de alguns elementos que pertenciam a grupos motards da região, não adiantava encontrar soluções de estacionamento fora do campo visual do motociclista ou do motard para deixar a sua Mota, porque efetivamente era uma prática comum. Ninguém deixava as suas motos na Avenida da Liberdade para ir tomar o café ou para ir confraternizar para a marginal nascente ou marginal poente. O que importava aqui era encontrar uma solução, e julgava que nisto todos estavam de acordo, olhando para a dinâmica que muitas vezes podia vir a surgir, que era terem mais ou menos motos, por entretanto os motards encontrarem um local diferente porque Sesimbra tinha sido tantas vezes usado por este movimento e poderiam encontrar outro local. Era encontrar uma forma de tentar conciliar, na melhor das hipóteses, aquilo que era o estacionamento do carro do próprio, o estacionamento de motociclos e o uso

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

privilegiado do acesso pedonal, que era para isso que estavam construídas as 2 marginais, particularmente no lado da praia, e, não menos importante, que também tinha sido aqui referido, regar aquilo que hoje era a ocupação do espaço Público, particularmente com publicidade e esplanadas. -----

-----Referiu que estava articulado entre todos, incluindo o Vereador que tinha a fiscalização municipal, a Vereadora que tinha a ocupa do espaço público, que, nesta matéria, avançariam, até porque existia uma deliberação por unanimidade do Município de Sesimbra, em linha com aquilo que havia acontecido em anos anteriores, de permitir ampliar a colocação de esplanadas ainda num quadro de retoma da atividade económica, que era discutível e criticável, mas que que haviam tomado por unanimidade até ao final de 2022, que no início de 2023, neste quadro de regular a ocupação do espaço Público, de esplanadas, de encontrar soluções que tinham de ser encontradas dentro do espaço de impacto visual onde os motociclistas normalmente se encontravam, e de encontrar também soluções para poder prevalecer o estacionamento do carro, mas também o estacionamento regrado de motociclos. Já agora, também aumentando a área pedonal e o acesso pedonal, tentando que não houvesse barreiras arquitetónicas e, por outro lado, também não menos importante, com a implementação de estacionamento para viaturas elétricas nas 2 marginais. -----

-----Referiu que havia bolsas que já estavam mais ou menos identificadas, tendo em conta também a dimensão dos passeios neste momento. Não iriam conseguir implementar este verão e queriam fazê-lo em linha com todas as regras de ocupação do espaço Público, sendo que, de acordo com aquilo que tinham, mais ou menos, aferido, a partir de janeiro de 2023, possibilitando que na próxima época balnear todas estas matérias pudessem estar, de certa forma, mitigadas. -----

-----Disse que havia uma questão incontornável, que também tinha sido aqui referida, de poderem criar uma bolsa para estacionar 250 motos repartidas pelas 2 marginais, que algumas até já estavam mais ou menos identificadas, mas se estivessem cá 500 ou 600 motos, já iriam ter de pedir intervenção das forças de segurança para poder agir em conformidade, que era coisa que também não vinha sendo feita até no respeito pelo ruído e pelo silêncio. -----

----- Disse que tinham queixas de um conjunto de empresários do setor da hotelaria e da restauração, mas também tinham um conjunto de outros empresários que achavam que, de certa forma, era uma mais valia poderem ter este movimento no sábado de manhã e no domingo de manhã. Portanto, não conseguiam “agradar a gregos e a troianos”, e iriam tentar encontrar a melhor solução. -----

----- No que respeitava à recomendação em concreto, disse que poderia, mais ou menos, ser inócua, porque era uma evidência. Toda a parte de evidência era aquilo que era a constatação de um facto para

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

todos. Havia uma parte deliberativa que dizia que deviam encontrar um local e não locais, e havia uma parte que dizia que a CM devia, nesta fase, porque estavam a entrar neste período do ano com mais visitantes, solicitar junto das entidades fiscalizadoras, entenda-se GNR, uma ação musculada sobre os motociclos. Isso, de certa forma não acompanhava, porque estavam a tentar encontrar uma solução que fosse o mais integrada possível para todas as dimensões económicas do Município de Sesimbra. -----

----- Usou da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que disse estar aberto a que fossem feitas alterações à parte deliberativa do documento, como a proposta que tinha sido feita pela Bancada do PS. Referiu que, como já tinha dito, a ideia não era um local, mas realmente era o que estava escrito, assim admitia que em vez de “local” se pudesse alterar para “encontrar soluções de estacionamento” e assim ficaria abrangente. -----

----- Relativamente à parte das entidades fiscalizadoras, disse que percebia a justificação dada pelo Senhor Presidente, e achava que, assim como acontecia com estacionamento dos carros, que também era um problema em Sesimbra, existia uma determinada capacidade de carga, e ao estabelecer alguma delimitação da presença das motos e o sítio onde estacionavam, também tinham de tentar regrar essa capacidade de carga. Se calhar, Sesimbra não tinha a capacidade de receber tantos motards como estava a receber para aquele local só, mas podia haver uma dispersão mais no lado poente que tivesse outra bolsa onde pudessem também estacionar motos, por exemplo. -----

----- Disse que quando falava em promover junto das entidades fiscalizadoras era no sentido de que as soluções iriam dizer quais eram os vários locais que iriam ser equacionados para fazer, mas esses locais iriam ter a sua capacidade de carga. Considerava não era a Câmara que poderia fazer valer isso, e quem poderia fazer por cumprir essa não ocupação fora daquilo que era o local que fosse delimitado para, era as entidades fiscalizadoras. Acrescentou que, se encontrassem outra forma de expressar isto, poderiam alterar. -----

----- Usou da palavra o **Presidente da CM** que disse considerar que seria unanime para todos, e o Deputado Carlos Macedo tinha dito também que era essa a sua intenção, e resultava da discussão que se tinha tido sobre este tema que, se se encontrasse soluções de estacionamento e que após a implementação dessas soluções, fosse, junto das entidades fiscalizadoras, regrado ou impedido o estacionamento fora daquilo que estava previsto. -----

----- Usou da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que disse que não estavam a emendar tudo, porque, onde se lia: *“recomenda-se ao executivo que estude soluções de estacionamento e que após a sua implementação se promova junto das entidades fiscalizadoras a necessidade de impedir o*

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

estacionamento desregrado” deveria de haver um ponto final de seguida e ser retirada a parte onde se lia: “e a ocupação das vias pedonais por veículos motorizados”, que estava um bocadinho mais. -----

*-----De seguida, tendo o proponente concordado com as alterações sugeridas, o **Presidente da AMS** colocou à votação a **Recomendação à Câmara Municipal com o título “Estacionamento de motociclos”,** abaixo transcrita, que foi **aprovada por unanimidade**: -----*

-----“O usufruto e a fruição do espaço público são um direito inalienável e não pode por isso a sua utilização ser monopolizada por qualquer grupo, formal ou informal, sob pena de colocar em causa esse direito. -----

-----A forma como o passeio pedonal na marginal da Avenida 25 de Abril em Sesimbra tem vindo a ser usado, de forma abusiva, para estacionamento de motociclos coloca em causa a utilização desse espaço pela população e é um potencial perigo para os peões.-----

-----Não pode ser confundido o bem receber com permissividade e desrespeito pelas regras de usufruto do espaço público. Aquele passeio pedonal não é um estacionamento de motociclos e assim deve continuar. -----

-----Compreendendo a necessidade de que sejam criadas as condições que permitam aos motociclistas visitarem a vila de Sesimbra nos seus motociclos, recomenda-se ao executivo que estude soluções de estacionamento e que após a sua implementação se promova junto das entidades fiscalizadoras a necessidade de impedir o estacionamento desregrado. -----

-----Essa necessidade é ainda mais premente numa época em que o volume de visitantes à vila aumenta significativamente.-----

-----Não podem os órgãos autárquicos deixar cristalizar um mau hábito que além de manchar a imagem da vila, seja um perigo para os peões.” -----

*-----De seguida, o **Presidente da AMS** informou que já tinham sido ultrapassados os 60 minutos do PAOD, e como tinha sugerido inicialmente, sendo que metade dos documentos ainda estavam por discutir, fariam uma interrupção no PAOD para o PIAC, mas não havendo qualquer intenção de intervenção por parte dos cidadãos, sugeriu que se avançasse para o POD, para que os jovens alunos/colegas, deputados municipais avançassem para a apresentação das suas propostas. -----*

*-----Perguntou se havia alguma objeção sobre esta matéria. Não havendo, o PAOD foi suspenso e foi dado início ao Período da Ordem do Dia com o ponto **“Propostas da 19ª edição da Assembleia Municipal Jovens”**. -----*



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O Presidente** cumprimentou os jovens alunos, as professoras e os pais encarregados de educação, pilar também base deste projeto. Saudou também participação dos alunos e professoras, dizendo que não era demais agradecer e reforçar. -----

-----Disse também que A 20ª edição do projeto estava no horizonte, sendo que havia todo um empenho de toda a dedicação dos alunos e professores que não era demais salientar e reforçar. Sabiam todos que este projeto existia porque estes faziam força para que existisse e força suficiente para que que deste lado também não se desistisse do projeto, porque sabiam que das suas partes tinha uma aceitação muito grande e um carinho muito grande neste nosso projeto conjunto. -----

----- Cedeu em seguida a palavra à aluna Soraia Dragão, Presidente da Mesa da AMJ, em representação da Bancada da **Escola Básica e Secundária Michel Giacometti**, para que fizesse a apresentação da proposta. -----

-----**A Soraia Dragão** começou por se apresentar e saudar o excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os secretários, o senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, toda a Assembleia Municipal, colegas, professores e restantes membros do Público. -----

-----Passou de seguida à leitura da Proposta da Bancada da Escola Básica e Secundária Michel Giacometti, que a seguir se transcreve: -----

-----*"#Sesimbrananovaera, afigura-se como um grande desafio para o nosso concelho! Sim, um desafio de compromisso, ao qual a nossa bancada pretende responder, discutir, apresentar propostas. Partimos da Educação Ambiental, da água como um bem maior, e porquê? Porque o futuro do Planeta já não está apenas nas mãos dos jovens e futuras gerações. Hoje, todos somos chamados a este desígnio universal.* -----

-----*No combate às alterações climáticas, pequenos gestos na nossa comunidade, podem mudar positivamente comportamentos e mentalidades! Uma nova era mais sustentável comprometida com os ODS 2030. Queremos potenciar o valor da água, promover soluções para a sua gestão sustentável no nosso concelho, mobilizar pessoas, recursos, visando a construção de um futuro global auspicioso.* -----

-----*O nosso Agrupamento tem apostado em dinâmicas de Cidadania ativa, promovendo ações na comunidade, procurando construir cidadãos mais humanistas, participativos, com capacidade de mudar para fazer o bem! Num mundo que se avizinha tão adverso, onde o mal se quer sobrepor ao bem, a nova era terá que ser de prosperidade e paz.* -----

-----*Consideramos e temos trabalhado nesse sentido, que a Educação Ambiental se articula com a democracia, os direitos humanos e a equidade e que se assume como processo inclusivo e participativo!*

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Neste sentido, a nossa proposta é muito concreta e, pensamos, de fácil concretização: O aproveitamento das águas pluviais nos edifícios tutelados pela autarquia, a começar pelos edifícios escolares.” -----

-----Foi cedida em seguida a palavra à aluna **Carolina Ventura**, da Bancada da **Escola Básica integrada da Quinta do Conde**, que começou por saudar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra, os senhores secretários, o senhor Presidente da Câmara Municipal, os senhores vereadores, os elementos da Assembleia Municipal, os professores deste projeto, os colegas das outras escolas, bem como todos os convidados e o Público. -----

----- De seguida, fez a leitura da Proposta da Bancada da Escola Básica Integrada da Quinta do Conde, que abaixo se transcreve: -----

-----“Tendo em conta o tema deste ano, a situação que a pandemia Covid 19 agudizou e a conjuntura mundial, o nosso Agrupamento pretende que Sesimbra seja, de facto, um concelho direcionado para o futuro em que uma vertente solidária se destaque.”-----

-----Pretendemos a criação de um núcleo solidário na Quinta do Conde, pois seria uma forma de ajudar pessoas refugiadas e idosos que não têm condições de vida ou que estão sozinhos. Temos como objetivos principais ajudar, conversar, apoiar e conviver. -----

-----Neste tempo de guerra, há centenas de mulheres e crianças a fugir do seu país e a refugiarem-se em Portugal e nós, como cidadãos civilizados e solidários, deveríamos dar o nosso apoio a estas pessoas que, neste momento, estão a sofrer, deixando a sua vida para trás. -----

-----Com este projeto, para além de podermos ensinar a nossa cultura e os nossos valores a este povo, também iríamos aprender os seus. Estas pessoas necessitam de apoio e nós, para além de ajudarmos, vamos fazê-las sentirem-se bem-vindas. -----

-----No que diz respeito à população mais idosa, sabemos que existem idosos sozinhos, sem família e, por vezes, estas pessoas não têm as melhores condições de vida. O nosso objetivo seria proporcionar-lhes ajuda e companhia, oferecendo atividades para manterem o seu equilíbrio físico e mental.-----

-----Consideramos ainda que é importante a inclusão dos jovens neste processo de integração e de ajuda à comunidade para que estes possam aprender a ajudar e a utilizar o seu o tempo nestas iniciativas, valorizando-se em termos interpessoais e de valor ao próximo. -----

-----Não há melhor forma de aprender o conceito de solidariedade como a sua prática. -----

-----O Nosso Agrupamento apresenta como proposta a criação de um Núcleo Solidário (espaço de apoio) com jovens voluntários para ajuda a refugiados e população idosa.”-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Logo após, foi cedida a palavra à aluna **Leonor Rodrigues, Líder da Bancada da Escola Navegador Rodrigues Soromenho**, que começou por se apresentar e cumprimentar o Senhor Presidente e na sua pessoa, todos os presentes. Em seguida, passou à leitura da Proposta da Bancada da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, que a seguir se transcreve: -----

-----“A 19.ª edição da Assembleia Municipal de Jovens de Sesimbra, cujo tema é “Sesimbra na nova era” - transformou-se numa enorme responsabilidade para a nossa bancada, porque reconhecemos a importância de discutir e preparar a “nova era” para o nosso concelho tendo como ponto central a incerteza do futuro e as grandes mudanças em termos de dinâmica da sociedade e avanço tecnológico e a repercussão que essa situação decerto terá na vida dos jovens. -----

-----A juventude de hoje faz parte de uma geração que deverá estar habilitada para fazer face a problemas relacionados com as novas tecnologias e a sua aplicação na vida diária, seja esta fruto de necessidade como, atualmente, devido à pandemia, ou apenas pela evolução da mesma. Esta particularidade deve ser sempre abordada numa perspetiva de melhoria ao nível local, (concelho), para que dessa maneira possamos contribuir para o progresso mundial. -----

-----O nosso Agrupamento de Escolas tem sempre, ao longo dos últimos anos, procurado desenvolver atividades e projetos que visam permitir aos seus alunos fazer aprendizagens e adquirir competências que lhes permitam enfrentar a “nova era” com valores sólidos, espírito crítico e confiança no futuro.” -----

-----O Projeto Sesimbra Virtual, pretende criar conteúdos em realidade virtual para poderem ser usados pelos jovens do Concelho e por todos os que, não sendo do Concelho e não conseguindo deslocar-se ao local, possam conhecê-lo através da realidade virtual. Para tal, será necessário adquirir material de gravação específico para realidade virtual, bem como os óculos necessários para a sua visualização em situação de aula. Os vídeos criados pelos alunos seriam posteriormente disponibilizados no Canal YouTube para uma ampla divulgação e utilização generalizada. -----

-----O objetivo do projeto é divulgar o património humano natural e edificado de Sesimbra, apelar à preservação do meio ambiente através de um conhecimento mais efetivo do património natural, desenvolver a atividade turística através da divulgação dos pontos de interesse do Concelho, tornar Sesimbra e as suas riquezas mais acessíveis, independentemente da localização dos interessados ou em caso de impedimento de deslocação. -----

-----A proposta apresentada pela bancada da Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho é: **Sesimbra virtual** - criação de pequenos vídeos que permitam visitas virtuais a lugares emblemáticos do



Assembleia Municipal de Sesimbra

Concelho, museus, património histórico e natural, praia, entre outros, através da utilização de óculos de realidade virtual.” -----

-----Foi cedida em seguida a palavra à aluna **Ariana Barbosa**, líder da **Bancada da Escola Básica Integrada da Boa Água**, que começou a sua intervenção cumprimentando o Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, o Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, os excelentíssimos deputados municipais e vereadores, professores e colegas. -----

-----De seguida, fez a leitura da Proposta da Bancada da Escola Básica Integrada da Boa Água, abaixo transcrita: -----

-----“*Diferentes são os tempos em que vivemos, fruto da pandemia que nestes últimos dois anos a sociedade mundial vivenciou. Várias foram as mudanças decorrentes da situação pandémica do SARSCOV2, às quais acresceram as implicações do conflito entre a Rússia e a Ucrânia.*-----

----- *Uma das consequências destas tragédias, foi a tomada de consciência da perda abrupta de membros da família que poderá ir para a guerra ou falecer abruptamente, o que despertou o sentido de valorização da nossa família, e com isto muitas ansiedades surgiram principalmente nos mais jovens.* -----

-----*Além destes factos, a possibilidade de perda de emprego, o aumento de casos de violência doméstica e de relacionamentos abusivos, a diminuição da auto-estima, têm vindo a afetar famílias inteiras no nosso concelho, assim como em todo o país.*-----

----- *Advindo da situação pandémica e do isolamento forçado, assistiu-se a um acentuado nível do sentido de solidão ampliados pelas centenas de horas de Teletrabalho. A enorme preocupação com a higienização e com a aproximação social, desenvolveu em muitos cidadãos problemas do foro psicológico. Também o acréscimo do sentido de insegurança provocado pelo atual conflito armado e pelo aumento do custo de vida, vieram desequilibrar a estabilidade emocional de muitos cidadãos.*-----

----- *Aliado a todos estes factos, também a crise ecológica bem visível no nosso país com os períodos de seca cada vez mais longos, e os consequentes aumentos do preço da energia e dos alimentos deixam atualmente todos muito apreensivos e assim, temos vindo a assistir ao declínio da saúde mental dos portugueses, e portanto também dos cidadãos do nosso concelho.* -----

-----*E é assim, no âmbito destas preocupações que a bancada do Agrupamento de Escolas da Boa Água apresenta para vossa análise e nossa discussão neste plenário a seguinte proposta:* -----

-----*Criação do Serviço Municipal de Terapias Ocupacionais - Serviço destinado principalmente a crianças e jovens, de carácter gratuito ou pago de acordo com escalão IRS.* -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Este serviço deve ser desenvolvido em parcerias com juntas de freguesias, associações, voluntários e empresas locais.*-----

-----Logo após o **Presidente** informou que a Professora Inácia Godinho, do Agrupamento de Escolas de Sampaio, tinha tido muita dificuldade em ter aqui os seus alunos, mas esta AMJ também tinha, na sua solidariedade, uma característica, sendo que seria a aluna da Banca da Escola Básica Integrada da Boa Água, que faria a leitura da proposta do Agrupamento de Escolas de Sampaio.-----

-----Usou da palavra a aluna **Beatriz José** da EBI da Boa Água começou por se apresentar e cumprimentar o Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores deputados e vereadores, Professores e colegas.-----

-----Em seguida, fez a leitura da Proposta em nome do Agrupamento de Escolas de Sampaio que a seguir se transcreve:-----

-----*“O tema desta 19ª Assembleia Municipal de Jovens “Sesimbra nova era” pressupõe um grande envolvimento de toda a comunidade concelhia. Numa altura em que a sociedade civil começa a estar mais atenta do que nunca ao problema das alterações climáticas e à consolidação efetiva de um processo de desenvolvimento sustentável, faz-se necessária a participação coletiva. Somente a gestão compartilhada e participativa de todos trará as mudanças necessárias para transformar uma realidade preocupante num futuro cheio de possibilidades. Nesse contexto, vale a pena destacar que a postura do cidadão espectador é coisa do passado. Não podemos esperar apenas propostas surgidas nas esferas governamentais. A nova ordem é a busca de alternativas por parte do cidadão, ou grupo de cidadãos, levando em conta as necessidades e dificuldades vivenciadas pelas próprias comunidades locais.*-----

-----*A participação do cidadão é indispensável na melhoria e conservação do planeta para as gerações futuras. A atuação de cada indivíduo parece pouco no âmbito global, porém, se todos se conscientizarem da necessidade de alterar o seu padrão de comportamentos, os resultados serão enormes. Daí devermos proceder à criação de áreas com vista à conservação de bancos genéticos de inestimável valor, compostos pela fauna silvestre e pelas espécies da vegetação nativa, nomeadamente áreas de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico, áreas sobre proteção especial, estações ecológicas, parques, reservas biológicas e reservas florestais.*-----

-----*Também os órgãos locais poderão ter um valor de inestimável, intervindo, por exemplo, na criação de espaços, como pistas de caminhada que permita a deslocação de pessoas de forma segura. A comunidade escolar, especialmente os alunos, desejam contribuir para alicerçar novos projetos, com vista a melhor o seu concelho, tornando-o mais bonito e sustentável, de forma a que seja mais aprazível*

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

para os que nele habitem, bem como para todos os que o queiram visitar, assim, apresentamos como proposta a criação de ciclovias e circuitos pedonais.” -----

-----Interveio em seguida o **Presidente da AMS**, que agradeceu a participação de todos, assim como de todos(as) os professores(as), nomeadamente, a Professora Elizabeth Luís, a Professora Maria João Páscoa, a Professora Ana Pereira, a Professora Maria João Pinto, o Professor Carlos Sacarias e a Professora Inácia Godinho, estendendo também o agradecimento aos diretores dos agrupamentos que eram peça também fundamental. -----

----- Referiu em seguida que esta deliberação iria sempre no sentido de recomendar à Câmara Municipal que considerasse as propostas que tinham sido apresentadas, debatidas e aprovadas por unanimidade na 19ª AMJ, e que tinham sido aqui hoje novamente apresentadas, para que a Câmara Municipal analisasse a sua pertinência e a sua inclusão no orçamento para 2023, assim como também para efeitos de financiamento global, que se desenvolvesse o processo dos AMJ projetos para que cada agrupamento de escolas recebesse a verba que se lhe seria atribuída para o desenvolvimento desse mesmo projeto. -----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que cumprimentou todos os presentes, quem assistia a partir de casa e a este grupo fantástico que havia composto a 19ª edição do AMJ projeto e da Assembleia Municipal de Jovens. -----

-----Disse que era extremamente gratificante e era com enorme orgulho que participavam neste projeto, porque, de facto, tê-lo visto crescer desde a sua primeira edição até agora, tinha sido um ganho para quem aqui estava, porque conseguiam efetivamente perceber quais eram em cada momento as preocupações e, se fizessem uma leitura das propostas ao longo destes 19 anos, encontrariam diferenças significativas, quer na sua maturidade, quer na forma como eram elaboradas, quer na forma como eram preparadas e notava-se, de facto, uma vontade grande da parte dos alunos, bem como da comunidade escolar em torno dos alunos, como os professores, os pais inclusivamente, em que este projeto continuasse a funcionar, que evoluísse e que se aprofundasse. -----

-----Disse que era uma satisfação enorme fazer parte de uma votação que propunha que a Câmara que acolhesse estas propostas e continuariam sempre aqui disponíveis para contribuir, para melhorar e aprofundar a participação cívica a que tanta falta fazia ao Concelho e até ao país. -----

----- Usou da palavra a Deputada **Andredina Cardoso** que, na pessoa do Presidente da AM, cumprimentou todos os presentes e em especial a juventude presente. Disse que era de facto um gosto muito grande perceber todo o trabalho que estava por trás, sendo que hoje só viam a súmula daquilo que

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

tinha sido um trabalho com certeza muito dinâmico. Era muito interessante também perceber a forma como cada proposta estava contextualizada com a escola e com a comunidade escolar e tudo aquilo que era envolvente, e isso acabava por se notar. Cada escola tinha o seu ambiente, a sua comunidade, a sua personalidade, e isso também estava expresso nas propostas. -----

----- Ficavam todos extremamente satisfeitos em perceber que tinham uma nova era que vinha aí com muita força, com muita vontade e com capacidade de expressar aquilo que se passava no terreno. Também tinha ficado especialmente contente em perceber que, coincidência ou não, só tinham aqui senhoras, o que vinha trazer um pouco mais de paridade à sala, que era algo que tanto se falava atualmente e da necessidade de se trazer mais pessoas e mais mulheres aqui para este contexto. -----

----- Um bem-haja e que continuassem, porque queriam ver esta nova era cada vez mais dinâmica e com toda a força. -----

----- Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que começou por relevar a importância que era ouvir desse lado quais eram as preocupações e disse que concordava com aquilo que a Deputada Sandra havia referido, no sentido em que se ia percebendo ao longo das diferentes gerações que iam participando na AMJ, sendo que já tinha sido deputado municipal noutra mandato e havia assistido a outra AMJ, que os tipos de preocupações mudavam assim como o quotidiano e o entendimento sobre o mundo. -----

----- Considerava que tinham trazido preocupações que acabavam por se centrar, não em exclusivo, mas em algumas coisas que considerava relevantes e que também tinham a ver com os valores que tinham e as preocupações que encontravam que tinha a ver, em algumas propostas, com preocupações sociais e comunitárias e de enquadramento com a Comunidade e perceber aquilo que estava a acontecer também no mundo, como é que viam essas preocupações e como é que achavam que podiam contribuir, em certa medida, para ajudar a minimizá-las. -----

----- Outro aspeto também muito relevante naquilo que haviam apresentado, era as preocupações de cariz ambiental e de sustentabilidade, que era algo que preocupava a todos. Trazer esses valores vindo para uma geração mais nova era revigorante e bom, e por isso não queria deixar de agradecer e dizer que ficava agora deste lado também a responsabilidade, sobretudo da parte do executivo, porque o passo agora era perceber ou ver até que ponto, percebendo que havia coisas que tinham de ser moldadas sobre a forma de como podiam ser efetivamente concretizadas, mas o passo seguinte era conseguir trazer ao terreno e pôr em prática algumas das propostas que aqui que tinham trazido. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Silvia Montanha** que cumprimentou todos os presentes e disse ser a primeira vez que assistia à AMJ e às respetivas propostas, e confessava que estava muito sensibilizada com a maturidade destes jovens e a sensibilidade que eles tinham ao abordar os temas, principalmente dos idosos que eram pessoas que mereciam o nosso respeito e que com toda esta crise estavam a sofrer. Estavam todos a sofrer monetariamente, mas os idosos, como tinham reformas tão baixas, eram o grupo etário que mais sofria. -----

-----Disse que tinha ficado bastante sensibilizada com a abordagem sobre os idosos e também com a questão das alterações climáticas. Esperava que todas as propostas fossem aprovadas e deliberadas pelo executivo. -----

-----Por fim, parabenizou os jovens e disse que era gratificante ver a nova geração com estas preocupações sobre as pessoas mais vulneráveis.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Castanho** que agradeceu em especial o contributo dos jovens e aquilo que tinham trazido, pela segunda vez, na AMJ e hoje. Acrescentou que tinham conseguido criar um problema à Câmara Municipal com as propostas que tinham apresentado. -----

-----Os 5 agrupamentos tinham abordado 4 temáticas importantes atualmente, nomeadamente, a parte ambiental com a questão das águas pluviais, que era uma coisa que já pensavam há muito tempo e que era bom começarem a pensar e trazer esse tema. A questão ambiental era importante, mas o lado social, o contexto da preocupação com os outros era fundamental para quem estava em fase de crescimento e de ver o que era a sociedade, a vida em sociedade e o acolhimento, sendo que tinha sido muito importante terem trazido também essa área. -----

-----Uma terceira vertente, que era aquilo que estavam a assistir todos os dias, que era uma disrupção tecnológica brutal, que também tinham trazido, portanto, tinham conseguido abordar essa passagem, daquilo que era o dia a dia e a evolução, que muitas vezes tinham dificuldades em acompanhar, mas os jovens já tinham crescido com isso e já estavam a viver isso, portanto, que era fundamental também, e ,depois, se calhar, com as ciclovias, já estavam a pensar no futuro dos combustíveis, na parte económica e a forma de transporte. -----

-----Concluiu parabenizando e agradecendo as posições dos jovens pelas várias temáticas. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que disse que iria abordar esta questão de uma forma um bocadinho diferente. -----

-----Sem tirar o mérito àquilo que era as propostas que tinham trazido a esta Assembleia Municipal que eram fruto do seu trabalho, do trabalho com os professores e também com a participação dos pais,

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

queria deixar aqui uma mensagem: Aquilo que experienciavam era o princípio daquilo que podia ser os seus futuros ou as suas intervenções futuras. A Assembleia Municipal de jovens tinha interesse pelas suas participações no tratamento de determinadas matérias que abrangiam toda a sociedade, todo o Concelho e, portanto, matérias das quais dependia a vivência diária, quer como sociedade, quer como sociedade económica, quer como mercado, quer como aquilo que quisessem. E a parte importante era que tivesse ficado desta experiência dos jovens, a ideia de como funcionavam os órgãos municipais e como funcionava a política em geral. -----

-----Referiu que todos os que estavam sentados no plenário tinham opiniões diferentes acerca das coisas e por isso estavam aqui sentados, se não bastava estar aqui apenas. O que faziam aqui era debater os seus pontos de vista, que eram todos bons e todos interessantes, mas não podiam fazer vencer todos os pontos de vista e era uma batalha constante tentar transferir as suas ideias sobre os temas que iam tratando aqui. -----

-----A AMJ podia ser uma experiência interessante para continuarem no futuro, porque hoje estavam aqui estes deputados, mas seria preciso vir gente que substituísse e gente com novas ideias, com novas capacidades, que tivesse a possibilidade de agarrar nestes órgãos autárquicos e naquilo que tinham de mais na vida, quer em termos da política que era ter uma democracia, porque essa permitia viver, falar, debater e serem livres, enquanto havia outros que não tinham esta felicidade de poderem viver num sistema em que se podia falar, em que se podia debater e em que se podia decidir sobre o futuro. -----

----- Disse também que a democracia não era uma conquista acabada, a democracia ia-se construindo todos os dias, porque no dia em que a abandonassem e achassem que já tinham conquistado a democracia, “caía uma ditadura em cima”, e portanto, tinham de estar sempre vigilantes relativamente a esta matéria, e aquilo que desejava era que aqueles que tivessem apetência, não fizessem como muita gente fazia e dizer que não gostava da política, porque a política era para todos nós e todos deviam intervir, até dizendo as coisas que podiam ser as mais absurdas, mas depois iam aprendendo, ganhando experiência e refinando a atividade. Era isso que gostaria que tivesse ficado nos jovens desta experiência na Assembleia Municipal de jovens e que pudessem alguns, eventualmente, repetir e se calhar, qualquer dia gostaria de ver alguns aqui também sentados em qualquer uma das bancadas, inclusivamente na do próprio que era para ficar maior. -----

----- Esperava que tivessem tido uma boa experiência, sendo que, seguramente que, inicialmente não pensavam que esta era a experiência de uma intervenção na política, mas aquilo que tinham feito era exatamente isso, e agora caía sobre o Presidente da Câmara e sobre o Executivo camarário, a grande

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

responsabilidade de responder àquilo que eram os anseios que aqui tinham trazido. A intervenção política fazia-se para que as coisas acontecessem, não se fazia para a fazer cerimónias muito bonitas como esta, mas de onde não saia nada, porque isso era o anti política.-----

-----Por fim, disse que teriam de, de vez em quando, ir perguntando ao senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação das propostas apresentadas, indo atrás daquilo que construíam. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CM** que começou por dizer que não tinha conseguido estar na reunião da AMJ, por motivos que eram conhecidos, e julgava que tinha sido a primeira vez que não tinha estado presente, mesmo no quadro de outras funções que havia desempenhado antes de ser Presidente da Câmara, e gostaria de ter estado.-----

-----Disse que a partilha criava algum debate entre as escolas com as perguntas e com as respostas das respetivas bancadas, que era muito agradável de se ver, e, de facto, como tinham dito alguns deputados, só por si revelava a importância deste projeto que vinha sendo acarinhado. -----

-----Tinha de dar um grande “abraço” e reconhecimento aos professores dos 5 agrupamentos que acompanhavam, grande parte deles há longa data, este projeto, hoje com a vida e vivência que se passava nas escolas e a dificuldade que existia e a Carga letiva, era cada vez mais difícil encontrar espaço para o desenvolvimento destas atividades. A resiliência e resistência dos professores, também com os alunos que eram ativos e queriam participar, que conseguiam levar a efeito este projeto. Mas essa importância era extrema, sobretudo até nesta fase de construção de conhecer, por exemplo, a atividade “eleito por 1 dia” que tinha a possibilidade de partilhar experiências daquilo que era a vivência diária. -----

-----Considerava que ficava para a vida dos alunos conhecerem aquilo que era, de facto o seu Conselho, a sua prática, a sua autarquia, as práticas locais, e isso era fenomenal. -----

-----Quanto às propostas apresentadas, disse que o desafio agora estava do lado do Município de Sesimbra, como vinha sendo até agora. Portanto, havia aqui 2 dimensões: havia as propostas que eram propostas pelas 5 bancadas e depois havia os projetos das próprias escolas para implementarem no âmbito de uma iniciativa que considerava ser muito desvalorizada, até para se perceber a importância do AMJ Projeto que, era de certa forma, o Município dito nesta escala multidimensional, que tinha 2 órgãos: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, e aqui não era da Câmara nem da Assembleia Municipal, era o Município que comparticipava o AMJ projeto, no sentido de os alunos poderem, de certa forma, experienciar e ver concretizado algumas ambições nos seus próprios estabelecimentos escolares. -----

-----As propostas eram de várias dimensões, normalmente aquilo que se fazia era ir para cada um dos serviços, porque havia matérias e propostas de dimensões diferentes, portanto, tinham aqui uma

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

dimensão, por exemplo, na questão das águas residuais e do aproveitamento das águas residuais nas escolas. Era uma matéria mais complexa. Não era tão fácil como aparentava, poderem ser aproveitadas estas águas, sobretudo para sistemas de rega, que obrigava também um grande investimento de infraestruturção, e também não era fácil de implementar, mas obviamente tinham aqui, sobretudo, uma proposta que considerava ser um desafio para o Município de larga escala, naquilo que dizia respeito sobretudo a equipamentos e edifícios municipais, a começar por estabelecimento de ensino.-----

-----A questão dos núcleos solidários, partindo do pressuposto que era sobretudo uma ajuda humanitária, com voluntários participando, nomeadamente os alunos das escolas, era uma matéria que ficaria sempre na dependência, como as terapias ocupacionais, da Vice-Presidente, na área da Habitação, Ação Social e Saúde. Sabia que algumas coisas já eram feitas e que provavelmente era uma questão de integração também, quer na parte do voluntariado, quer, também na parte das terapias ocupacionais que existiam até algumas ações para as escolas, não tão dirigidas a esta faixa etária, mas sobretudo às faixas etárias mais jovens.-----

----- A questão do Sesimbra virtual era uma matéria que estava em cima da mesa, até inclusivamente, no quadro de uma candidatura existente relativamente àquilo que era a musealização virtual do nosso património e, portanto, julgava que aqui rapidamente iriam acompanhar esta proposta do Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho.-----

-----Sobre a questão das ciclovias e circuitos pedonais, disse que todos sabiam o investimento que também estava a ser feito e o muito que ainda havia por fazer e tinham de reconhecer isso. Na Quinta do Conde tinha sido recentemente adjudicado o Plano de Mobilidade Sustentável que iria efetivamente olhar para o grande território da Quinta do Conde, que era plano e fantástico, mas que tinha uma génese que não tinha sido fácil, como se sabia, mas era preciso olhar numa geração seguinte daquilo que podia ser este conceito de estacionamento e mobilidade que incluía transportes públicos, a mobilidade suave, que incluísse também ciclovias, bicicletas partilhadas, trotinetes, sendo que também queriam fazer um piloto este ano por muito que isso pudesse custar, mas tinham de fazer o piloto para experimentar, e, sobretudo, um investimento que sabiam que era difícil também que muitas vezes aproveitavam as candidaturas existentes nas mais diversas áreas, curiosamente, algumas que ainda não tinham tido resposta, nomeadamente do Fundo Ambiental, mas que vinha sendo também uma prática do município. --

-----Disse que nem todas as propostas seriam concretizadas exatamente nos moldes em que muitas vezes eram propostos, podiam ter algumas nuances, outros seriam mais fáceis de concretizar, mas era sobretudo este espírito de partilha dos jovens da AMJ, daquilo que era as suas perceções do Concelho

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

daquilo que eram os problemas evidenciados, daquilo que eram as necessidades elencadas e, sobretudo, a visão desta geração mais nova, que era o mais importante, recolher toda esta informação e todas estas propostas que faziam também repensar e definir prioridades, dando respostas a algumas delas, e a outras, não na sua plenitude, mas obviamente também num conceito daquilo que era a estratégia do próprio Município no quadro da sustentabilidade, como era o caso do aproveitamento das águas residuais. -----

----- Concluiu desculpando-se mais uma vez por não ter podido estar presente naquele que era o momento alto da AMJ, e agradecendo a todos os alunos da AMJ, hoje aqui presentes maioritariamente meninas e aos professores(as) também, porque sabia que era uma tarefa difícil nos dias de hoje, que era ser professor e ser professor com este projeto era ainda mais difícil, portanto, deixava um agradecimento muito especial a todos e um obrigado por acreditarem também neste projeto municipal. -----

----- Usou em seguida da palavra a **Deputada Madalena Serra**, que cumprimentou todos os presentes e agradeceu, sobretudo, a presença dos alunos e a coragem de estarem aqui. Agradeceu aos professores que abdicavam do seu tempo de lazer, e com tão pouco tempo tinham conseguido apresentar este trabalho fantástico. -----

----- Logo após o **Presidente da AMS** recordou que a deliberação deste ponto seria no sentido de recomendar à Câmara que considerasse as propostas aprovadas e que analisasse a sua pertinência, sendo que já tinham ouvido aqui que seriam bem acolhidas para a possível inclusão no orçamento para, e, também, a contemplação e desenvolver o cabimento para os AMJ projetos. -----

----- De seguida, colocado à Votação o 2º ponto da ordem de trabalhos: **Propostas da 19ª edição da Assembleia Municipal de Jovens**, a Assembleia Municipal de Sesimbra **deliberou, por unanimidade e aclamação**, após a leitura das propostas pelos representantes das 5 bancadas escolares, **recomendar à Câmara que considere as propostas aprovadas na 19ª edição da Assembleia Municipal de Jovens cujo tema central é “#Sesimbrananovaera” e que analise a sua pertinência e inclusão no Orçamento para 2023.** -- -----

----- Deliberou ainda **remeter à Câmara Municipal os cinco AMJProjetos 2022, aprovados na 19ª edição da Assembleia Municipal de Jovens, para efeitos de financiamento global de 5000€ por parte da Câmara Municipal, cabendo a cada Agrupamento de Escolas do Concelho 1000€ para desenvolver e concretizar o seu projeto.** -----

----- De seguida, o Presidente disse que não era de mais acrescentar, num ano que tinha sido particularmente difícil, mas com o esforço de todos e de todas, tinham saído contentes, motivados,

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

satisfeitos e conscientes do trabalho feito. Não era de mais agradecer a difícil tarefa de professora e também a difícil tarefa de aluno, que haviam despendido de tempo, de atenção, de motivação e de alguma paixão por este tipo de projetos, portanto, não era demais agradecer a todos e a todas a participação e esperar que levassem este testemunho para os colegas na escola e na turma.-----

----- Sabia que muitos não iriam estar no projeto no próximo ano, mas certamente iriam transmitir aos colegas de escola e aos amigos aquilo que era vivenciar este projeto. -----

-----Agradeceu novamente a todos, às professoras um obrigado particular e institucional, mas também pessoal, como era óbvio, por aquilo que tinham passado este ano, que apesar de difícil tinham conseguido desenvolver esta edição. -----

-----Deu em seguida continuidade ao PAOD, com a Recomendação à Câmara Municipal com o título: **“Implementação do Conselho Municipal de Juventude em Sesimbra”**, que a seguir se transcreve:-----

-----“O Conselho Municipal de Juventude (CMJ) está consagrado na Lei nº 8/2009, publicada a 18 de fevereiro de 2009, e com a sua atual redação na Lei n.º 6/2012, que veio estabelecer o seu regime jurídico, onde estão devidamente integradas as suas competências, regras de funcionamento, composição do órgão, bem como os direitos e deveres dos seus membros, enquanto órgão consultivo do Município em matérias de políticas de juventude.-----

-----Relativamente à ação do CMJ, compete ao mesmo emitir pareceres obrigatórios, mas não vinculativos sobre várias matérias, nomeadamente sobre as verbas destinadas à Juventude no Orçamento Municipal. Cumulativamente, este órgão tem competências para debater temáticas de grande relevância para as faixas etárias mais jovens, como a empregabilidade, a habitação, a mobilidade e os transportes, o ambiente, entre outras, possibilitando reforçar as competências do município nestas matérias, com a devida auscultação, reflexão, cooperação, e o desenvolvimento de um trabalho em rede entre os diferentes órgãos autárquicos, gerando oportunidades para todos.-----

-----No que diz respeito à composição do CMJ, deverá existir uma composição mista, isto é, integrado por um membro do executivo camarário, por norma, o Presidente da Câmara, ou um Vereador, indicado pelo próprio, que tenha o pelouro da Juventude; um membro da Assembleia Municipal de cada partido, ou movimento de cidadãos representado na mesma; representante do município no Conselho Regional de Juventude; um representante de cada associação juvenil com sede no Concelho; um representante de cada associação de estudantes do ensino básico, secundário e superior; um representante de cada Federação de estudantes, (com limitações geográficas e relativas ao número de associados), um



Assembleia Municipal de Sesimbra

representante de cada Associação Jovem e equiparadas a associações juvenis , de acordo com o previsto nos termos da lei.-----

-----Ao nível da periodicidade, o CMJ deve reunir ordinariamente 4 vezes por ano, sendo garantido o apoio logístico, administrativo, bem como o local das respetivas instalações, onde se realizaram as reuniões, por parte da Câmara Municipal, respeitando a autonomia administrativa e financeira do município. De realçar que após a publicação desta lei em Diário da República, as autarquias tinham 6 meses para proceder a respetiva implementação do CMJ. -----

-----A Lei nº 8/2009 continha normas que implicavam intromissões desproporcionadas do legislador na atividade municipal e condicionadoras da capacidade de ação das Câmaras Municipais, podendo suscitar dúvidas quanto ao financiamento obrigatório por parte dos municípios, relativo a eventos organizados pelo CMJ, e ainda à eleição de representantes do CMJ em outros órgãos consultivos, designadamente no Conselho Municipal de Educação.-----

-----Nesse sentido, a Lei nº 6/2012 veio dar resposta às dúvidas supramencionadas, mediante a alteração dos artigos 4.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 15.º, 18.º, 21.º, 22.º, da Lei nº 8/2009, de 18 de Fevereiro e revogando as alíneas c) do n.º 1 do artigo 7.º e d) do n.º 1 do artigo 15.º e os nºs 3 e 4 do artigo 18.º do mesmo diploma, dissipando possíveis questões relacionadas com a aplicabilidade da lei, permitindo que os municípios que à data em vigor da presente lei não se encontrem dotados de um conselho municipal de juventude devem proceder à sua instituição nos termos da presente lei, no prazo máximo de seis meses, de modo a evitar uma situação de incumprimento legal. -----

-----Ao fim de 13 anos, não é aceitável que a Câmara Municipal de Sesimbra, não pretenda desenvolver mais mecanismos, que possibilitem melhorar, substancialmente, a participação cívica dos jovens Sesimbrenses na vida do município. Enquanto órgão de proximidade, a Câmara Municipal deve garantir condições efetivas à participação dos cidadãos, de forma empenhada e participativa, nomeadamente, através da existência de um “espaço” que permita dar voz aos jovens, e que seja de “Jovens para Jovens”, onde efetivamente se discutam as políticas de juventude a serem executadas pelo município, ficando a conhecer melhor as necessidades, os anseios e as aspirações dos Jovens. A participação dos jovens na vida cívica e política é essencial para uma democracia mais forte, saudável, e inclusiva sendo, por isso, um ser um fator fulcral no combate às elevadas taxas de abstenção, que se têm registado nos diversos atos eleitorais, sobretudo nos últimos anos, e com particular incidência nas camadas mais jovens da população, revelando o acentuar do alheamento destas faixas etárias, face à política. -----

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A criação de um Conselho Municipal de Juventude constitui assim um meio, para promover um maior envolvimento cívico e político da população mais jovem deste Concelho, cujo contributo tem um potencial dinamizador e agregador para o município.-----

Considerando que:-----

1. A participação cívica e política dos jovens é fundamental para o funcionamento de uma Democracia participativa;-----

2. A Lei nº 8/2009, de 18 de Fevereiro, alterada pela Lei nº 6/2012, de 10 de Fevereiro, estabelece a implementação obrigatória e respetivo regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude;-----

3. O incumprimento da Lei nº 8/2009, de 18 de Fevereiro, tal como alterada pela Lei nº 6/2012, tem como consequência diversos incumprimentos legais (art.º 266º, nº 2, da C.R.P.; art.º 3º, 4º, 29º e 56º do C.P.A.);--

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra recomenda que a Câmara Municipal de Sesimbra: ---

1. Implemente o Conselho Municipal de Juventude no Município de Sesimbra;-----

2. Desenvolva um Regulamento desse órgão consultivo. -----

Dar conhecimento à Camara Municipal de Sesimbra, Juntas de Freguesia e Assembleias da Freguesia do Concelho de Sesimbra, Federação Nacional das Associações Juvenis, Conselho Nacional de Juventude, Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., órgãos de comunicação social local e regional".-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Ricardo Mendes** que cumprimentou todos os presentes e quem assistia à sessão a partir de casa, e disse que este era um documento que já tinha sido apresentado no passado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista. Era um documento que consideravam, como tinha dito a Deputada Sandra Carvalho, melhorar a participação cívica nas faixas etárias mais jovens, sendo que o Conselho Municipal da Juventude era um dos mecanismos que podia impulsionar essa participação cívica. -----

-----Era algo que estava contemplado na lei há cerca de 13 anos, em que, para além daquilo que estava plasmado no documento, tinha um conjunto de entidades que tinham a sua inerência e tinham o seu direito de voto, mas não era limitativo, ou seja, estava previsto, se fosse feita a aprovação do documento, que em sede de regulamento Municipal, pudesse estar um conjunto de outras entidades que, mesmo não estando registadas no registo nacional do associativismo jovem, pudessem participar no órgão ainda que fosse sem direito a voto, nomeadamente grupos informais, por exemplo, o caso das bandas jovens, que pudessem ter essa participação e pudessem também dar o seu contributo para aquilo que devia ser a política de Juventude no Concelho. Este não era apenas um órgão em que se discutia apenas a temática da Juventude, era também um órgão consultivo que pretendia discutir temáticas

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

importantes de causas, fosse habitação, fosse o ambiente. Era importante fazer esta auscultação, esta reflexão, e este era um dos mecanismos que também era importante, tal como a Assembleia Municipal de jovens, para aquilo que era também a sensibilização dos jovens para os vários projetos políticos que pudessem existir. Isto significava também diminuir significativamente, que era uma correlação que tinham de começar a trabalhar, a taxa de abstenção, sobretudo na camada etária mais jovem dos 18 aos 24 anos.-----

-----Esta era uma proposta que o PS havia considerado voltar a trazer neste mandato, porque efetivamente existia o incumprimento de 13 anos por parte da Câmara Municipal, sabiam as razões que na altura também tinham sido indicadas pela Câmara Municipal, sendo que o diploma de 2012 tinha vindo precisamente dissipar as dúvidas que existiam, sobretudo relativamente ao financiamento.

-----Consideravam que este conselho era um mecanismo, uma ferramenta e um instrumento que iria melhorar a participação cívica dos jovens, e por isso o Grupo Municipal do Partido Socialista achava que tinha condições para ser um documento depois consolidado num regulamento Municipal que incentivava essa participação jovem. -----

----- De seguida, disse que gostaria de dar também aqui alguns exemplos daquilo que considerava enquanto jovem, que tinha falhado nos últimos anos e que achava ser importante refletir nesta Casa, nomeadamente, 2 aspetos: Dentro de 2 semanas o Concelho iria receber o evento Magno da região em termos de Juventude, o Festival da Liberdade, que era composto por 11 dos 13 municípios do Distrito de Setúbal, e aquilo que viam em termos de participação jovem das associações, sobre um evento que possivelmente só daqui a 11 anos se iria realizar novamente no Concelho, era que em termos de organização e em termos de participação, eram diminutas as associações jovens e os grupos jovens que tinham a participar nesse festival na Comissão Organizadora. -----

-----Era precisamente por isso que achavam também que este Conselho podia ser um mecanismo, discutindo as políticas de Juventude, discutindo as várias temáticas, que pudesse incentivar e, mesmo que o festival só se realizasse no Concelho daqui a 11 anos, mas que tivessem uma participação no local do Festival da Liberdade e nos outros eventos regionais que iriam ocorrer vários concelhos, assim como havia inúmeras organizações jovens de outros concelhos que iriam participar no Festival da Liberdade, no mês de Julho, na Quinta do Conde.-----

----- Disse também que, em termos daquilo que eram os eventos de Juventude, sentia que existia uma falta de divulgação por parte da autarquia, e essa divulgação era importante, não só junto das escolas, que tinha sido feito um trabalho que tinham de enaltecer nas redes sociais, mas tinham de fazer

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

mais para chegar aos jovens e, sobretudo, que existe ainda uma dicotomia entre a Quinta do Conde e as outras 2 freguesias de Sesimbra, e também tinham de tentar esbater ao máximo, criando aqui uma sinergia maior também entre as 3 freguesias. -----

----- Foi cedida em seguida a palavra ao **Deputado Ivan Svac** que cumprimentou todos os presentes e fez a leitura da parte final da Recomendação:-----

-----“A criação de um Conselho Municipal de Juventude constitui assim um meio, para promover um maior envolvimento cívico e político da população mais jovem deste Concelho, cujo contributo tem um potencial dinamizador e agregador para o município.-----

Considerando que:-----

-----1. A participação cívica e política dos jovens é fundamental para o funcionamento de uma Democracia participativa;-----

-----2. A Lei nº 8/2009, de 18 de Fevereiro, alterada pela Lei nº 6/2012, de 10 de Fevereiro, estabelece a implementação obrigatória e respetivo regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude;-----

-----3. O incumprimento da Lei nº 8/2009, de 18 de Fevereiro, tal como alterada pela Lei nº 6/2012, tem como consequência diversos incumprimentos legais (art.º 266º, nº 2, da C.R.P.; art.º 3º, 4º, 29º e 56º do C.P.A.);-----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra recomenda que a Câmara Municipal de Sesimbra: ---

-----1. Implemente o Conselho Municipal de Juventude no Município de Sesimbra;-----

-----2. Desenvolva um Regulamento desse órgão consultivo.-----

Dar conhecimento à Camara Municipal de Sesimbra, Juntas de Freguesia e Assembleias da Freguesia do Concelho de Sesimbra, Federação Nacional das Associações Juvenis, Conselho Nacional de Juventude, Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., órgãos de comunicação social local e regional”-----

-----Usou da palavra o **Deputado Rui Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes, em particular os jovens alunos que tinham participado na Assembleia Municipal de Jovens e os professores que os acompanhavam. -----

-----Disse que a sua primeira intervenção era uma questão que colocava diretamente ao Partido Socialista, que era, quantas associações juvenis de facto existiam no Concelho de Sesimbra que pudessem integrar este Conselho Municipal de Juventude com direito a voto. Acrescentou que a lei era bem clara sobre o que era uma associação juvenil, nomeadamente, tinha de ter 75% dos corpos sociais com menos 30 anos, 75% dos sócios com menos 30 anos. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Perguntou quantas associações juvenis do Concelho de Sesimbra estavam em condições de integrar este Conselho Nacional Municipal de Juventude com direito a voto de facto e que não fossem Juventudes partidárias.-----

-----Disse em seguida que o Deputado desconhecia um pouco aquilo que era a política de Juventude do Concelho de Sesimbra, porque existia um fórum municipal de jovens que funcionava todos os anos, mas esses esclarecimentos poderia fazer a Câmara Municipal.-----

-----Interveio o **Deputado Ricardo Mendes** que, respondendo diretamente ao Deputado Rui João, disse que o Conselho Municipal de Juventude acabava por ser uma “pescadinha de rabo na boca”, porque era precisamente um incentivo para a criação dessas associações.-----

-----Referiu que, para além das associações partidárias, que estavam contempladas nesse registo, pelo menos que tivesse conhecimento, eram cerca de 3. Havia também os escuteiros que podiam estar contemplados, e, precisamente numa primeira fase que o projeto pudesse surgir, o direito de voto podia estar confinado, e para além das organizações regionais, que também tinham presença, conforme previsto na lei, podiam ter um conjunto de grupos informais, mesmo não tendo direito a voto, que deviam estar registados no Gabinete da Juventude, poderiam, numa fase posterior, ser registadas formalmente no registo nacional, no associativismo jovem.-----

-----Aquilo que tinha de ser feito, e isto era um projeto pioneiro, e tinham exemplos noutros municípios que tinham iniciado o Conselho Municipal da Juventude há cerca de 3/4 anos, nomeadamente Alcochete, Almada, e, portanto, era normal que numa primeira fase não houvesse um grau de participação, daquelas com direito a voto, elevado. No entanto, era precisamente este incentivo que devia ser criado para haver mais associações jovens no Concelho de Sesimbra.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Oliveira** que disse que há pouco tinham aprovado por unanimidade e aclamação propostas que tinham vindo de um setor importante do Concelho, que era a Juventude, e estar a fazer uma discussão sobre o Conselho Municipal de Juventude, numa base de quantos eram e quantos não eram, parecia que tinham “voltado o cavalo ao contrário”, porque há pouco batiam palmas aos jovens, mas agora já não queriam o Conselho Municipal de Juventude que estava consagrado legalmente.-----

----- Considerava que deviam de ter alguma coerência e algum discernimento e pensar que a intervenção dos jovens, como a intervenção de toda a população na vida política, e em todas as atividades desenvolvidas nas sociedades, deviam ser incentivadas. Devia-se criar as condições, agora, se elas depois iam para a frente ou não, era outra questão. Havia coisas que logo à partida proibiam,

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

arrumando o assunto, e se não dessem a possibilidade, ainda por cima um órgão que tinha uma existência legal e se não dessem a possibilidade para este avançar, então estariam no fundo a negar a possibilidade de intervenção, neste caso da Juventude.-----

-----Disse que não queria saber quantas associações existiam, queria era saber se os jovens queriam efetivamente ou não participar na vida da sua comunidade da mesma forma como haviam participado na Assembleia Municipal de Jovens, que era mais condicionada no fundo, sendo um trabalho mais pedagógico.-----

----- Tinham de dizer à Juventude para voar. Era evidente que todos sabiam que estas organizações podiam num determinado momento ficar controladas ou dominadas por determinadas áreas políticas, por exemplo, que era uma tendência que normalmente acontecia, mas também, quem estava dentro dessas organizações ou combatia esse domínio e, no fundo, acabava por haver grandes desequilíbrios ou então saíam e os órgãos acabavam por se apagar-----

----- Referiu que tinha feito parte da Direção nacional do primeiro Conselho Nacional de Juventude e que tinha sido o responsável pela área da comunicação social, e neste Conselho Nacional de Juventude estavam representados todos os partidos políticos e estava representado um conjunto de associações que não eram associações políticas, mas umas desportivas, outras culturais, outras da área religiosa e, portanto, naquela altura não eram muitas, mas ainda era um número bastante interessante.-----

-----Ao contrário do que muita gente pudesse pensar, criavam-se ali dinâmicas até de representantes de entidades que às vezes pareciam ser antagónicas, e conseguia-se chegar a consensos para fazer algumas atividades e para, no fundo, promover a atividade da intervenção da Juventude.-----

----- Era evidente que o Conselho Nacional de Juventude andava de vez em quando, um bocado desaparecido. Há tempos tinham aparecido algumas atividades realizadas por eles, mas existia um espaço de intervenção como existia “n” de espaços de intervenção que nem sabiam que existiam, mas eles existiam para quem neles participava, para atingir objetivos. -----

-----Considerava interessante esta proposta do PS de promover o aparecimento do Conselho Municipal de Juventude. Perguntou porque não deixar isto andar e porque não permitir que se fizesse e que se reunisse um órgão que estava legalmente consagrado. Sabiam quais eram as regras, sabiam que existia uma legislação que o englobava. -----

-----Depois, quem avançasse com isto teria de dar contas aos próprios jovens sobre se as coisas funcionavam ou não funcionam, porque esses assumiam também a responsabilidade que o Conselho



Assembleia Municipal de Sesimbra

Municipal de Juventude funcionasse. Portanto, na bancada do PSD iria dar apoio a esta proposta da Bancada do Partido Socialista. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Rui Rodrigues** que disse que o Deputado Ricardo Mendes não tinha respondido à sua questão porque no Concelho de Sesimbra não existiam associações juvenis, o que havia era grupos informais de jovens que se juntavam esporadicamente por um determinado fim para um determinado evento com um determinado objetivo, mas que, da mesma maneira que se formava hoje, diluía-se amanhã, portanto, era interessante perceber como é que esses grupos informais se iriam integrar neste Conselho Municipal de jovens, porque eles, de facto, eram informais. Perguntou qual deles seria o representante dos jovens no Conselho Municipal de Juventude. -----

-----Disse que se fosse jovem hoje, com 17 ou 18 anos, formava uma banda, a banda podia ir hoje ao Conselho Municipal da Juventude, mas amanhã já não ir por se ter diluído. Era interessante perceber as dinâmicas disto, e, de facto, os escuteiros podiam fazer parte, porque eram uma associação juvenil de cariz religioso, mas poderia ser a única. As associações de estudantes tinham 2, a do Agrupamento de Escolas de Sampaio e do Agrupamento de Escolas Michel Giacometti. -----

-----Referiu que o Conselho Municipal da Juventude seria uma Assembleia Municipal em ponto pequeno, porque teria um representante dos Verdes, um representante do PCP, um representante do Partido Socialista, um representante do MSU, o um representante do Chega, um representante do Bloco de Esquerda e um representante do PSD, mais o representante da Câmara. Seria as juventudes partidárias, nomeadamente a JS, a JSD e a Juventude comunista, porque desconhecia a Juventude do Bloco de Esquerda, do chega e do MSU. -----

-----Este seria um órgão partidário sem utilidade nenhuma, porque não iria fomentar a criação de associações juvenis. Acrescentou que o Deputado não conhecia ainda a realidade do Concelho ainda, porque havia muitas associações juvenis que não eram associações juvenis, havia muitas associações que tinham jovens que viviam com a Juventude, que praticavam futebol que, praticavam música, praticavam kung Fu, que praticavam karaté, mas não eram associações juvenis, eram associações do Concelho de Sesimbra. Existiam diversos grupos que formavam bandas e grupos de escolas de samba, mas não eram associações formais de Juventude. -----

-----Referiu que não eram contra a criação do Conselho Municipal de Juventude, como queriam fazer crer, agora formar um conselho municipal de Juventude com este intuito, sem jovens, não fazia o mínimo sentido da mesma forma que já tinham dito isto há 4 anos, e os senhores vinham fazer o folclore político



Assembleia Municipal de Sesimbra

de apresentar esta proposta neste dia, quando os jovens da Assembleia Municipal de jovens vinham à Assembleia municipal. -----

-----Por fim, disse que não eram contra a criação do Conselho Municipal de Juventude, mas que se cumprisse a lei e que o Conselho Municipal dos Jovens não fosse um conselho com jovens informais daqui, dali, de acolá, que hoje estavam representados, mas amanhã podiam não estar, sem direito a voto, sendo que na prática, aquilo que iriam ouvir era a vontade das juventudes partidárias e a vontade dos eleitos da Assembleia Municipal. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que disse que de facto, quando não havia vontade de que as coisas acontecessem, tudo servia de pretexto para que as coisas não acontecessem e o que iam verificando era que, de facto, os anos passavam e não se fazia cumprir aquilo que era um direito dos jovens, constituírem-se num conselho municipal de jovens em Sesimbra. O facto de hoje não existir o número de associações constituídas formalmente que pudessem representar, existir um conjunto de organismos informais ou de formas informais dos jovens se associarem, não significava que amanhã isso não acontecesse. a partir do momento em que fossem convidados a participar neste órgão e que percebessem que o informalismo da forma como funcionam não lhes permitia atuar e intervir em plenitude com aquilo que podiam fazer. -----

-----Era um incentivo também para que os jovens desta Terra se pudessem constituir de forma formal e se pudessem associar. Era preciso dar esse passo importante, e não valia a pena continuarem a tentar escudar e tentar arranjar desculpas para que não se constituísse porque ainda há 2 semanas tinha tido a Felicidade de ser convidado para estar precisamente no encontro nacional da Federação Nacional das Associações Juvenis, que havia reunido em Vila Real de Santo António, onde havia uma sala com 800 jovens a representar o país todo, onde estavam a discutir, não o futuro porque os jovens não queriam discutir isso, mas o presente porque eles eram cidadãos hoje que tinham problemas hoje que queriam ver resolvidos e que queriam atuar e ajudar a que todos pudessem ter políticas que respondessem àquilo que eram as suas necessidades hoje. -----

-----Acrescentou que não queriam olhar para os jovens como o futuro. Queriam olhar para os jovens como presente e cidadãos em plenitude, e esta era uma forma de eles poderem participar, no mostrar as suas ideias, discutir as suas ideias, influenciarem aquilo que todos faziam todos os dias, sempre que as ideias fossem, neste caso aceitáveis, e considerassem que elas de facto serviam para melhorar aquilo que era o papel do Concelho e a forma como este funcionava. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Portanto, considerava que estavam num momento em que podiam, de uma vez por todas, dar o passo em frente e dar este contributo para aquilo que era a melhoria na forma como os jovens em Sesimbra se sentiam representados e a forma como as suas ideias podiam vir a ser implementadas. -----

-----A decisão era querer dar este passo hoje para a frente ou querer continuar a dar um passo atrás e ver as coisas acontecer noutros concelhos, a ver os jovens poderem se associar e ter uma representação forte noutros concelhos e neste Concelho isso não acontecer. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Macedo** que começou por dizer que às vezes ouvia coisas aqui que o deixavam um bocado espantado, porque aquilo chocava era querer matar à nascença uma coisa que ainda nem sequer existia e à qual nem se dava a oportunidade de fazer o teste para ver como corria. -----

----- Depois também a forma redutora como se olhava para as coisas. A participação política não era exclusivamente partidária, e reduzir a possibilidade de dar voz aos jovens e dar a entender que seriam só um eco das juventudes partidárias era estar a reduzir também aquilo que era o entendimento da capacidade mental dos nossos jovens. Acreditava que isso chegava a ser atentatório para aqueles jovens que tinham estado aqui a participar na Assembleia e a mostrar as propostas que tinham construído no âmbito da Assembleia Municipal de Jovens, e, em si mesmo, isso também, acabava por ser uma contradição que não conseguia compreender. -----

-----Disse que, com todas as falhas e com todas as limitações que decorriam do facto de não haver organização associativa, a organização associativa mesmo dos adultos, já não era a mesma que era há 20 ou 30 anos atrás, e percebiam isso pela forma como definham muitas das associações do nosso Concelho e de outros. Mas, se não se promovesse um espaço de encontro de promoção de ideias, mesmo que depois pudesse sair gorada essa possibilidade, matar a possibilidade à nascença é que considerava que era a antítese da participação democrática. -----

-----Às vezes ficava a pensar que as coisas só tinham valor se viessem propostas pela própria bancada, e isso não fazia sentido, e se conseguissem ser mais ou menos controladas, quando as coisas não saiam da esfera do controlo, não era possível acontecer, porque não prestavam. -----

----- Usou da palavra o **Deputado Ricardo Mendes** que, em resposta ao Deputado Rui Rodrigues, disse que, em primeiro lugar que estava apegado a um preciosismo de se tinha direito a voto ou não tinha direito a voto em vez de olharem para aquilo que era a participação cívica e o envolvimento dos jovens na vida do Concelho. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Considerava que, ter um órgão consultivo, em que o Deputado Rui já havia elencado aqui um conjunto de associações fora do âmbito partidário, nomeadamente os escuteiros, as associações do ensino secundário que tinham e outras que eventualmente entrariam se realmente houvesse uma dinâmica neste órgão, de conseguirem aqui realmente ter uma dinâmica em que existisse uma real auscultação entre as associações, grupos informais com o próprio executivo daquilo que era política jovem do Concelho. -----

-----Os jovens tinham de ser ouvidos e este era um órgão consultivo que não tinha pareceres vinculativos, mas que realmente era um espaço de discussão sobre aquilo que deviam ser as políticas de Juventude do Concelho de Sesimbra e, portanto, esta proposta fazia todo o sentido naquilo que era a questão do Grupo Municipal do Partido Socialista, e não compreendiam a questão deste preciosismo, se tinha direito a voto ou não tinha. -----

-----Usou da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que disse que aqui ninguém era contra a participação política de ninguém, e precisamente por entenderem que a participação política não se reduzia à participação partidária é que achavam que este órgão não servia, porque mais formatado do que isto era impossível, e quem dizia que uma Assembleia Municipal de jovens era altamente formatada, estavam a brincar, porque este órgão que teria 16 políticos e 2 ou 3 associações juvenis para decidir políticas de Juventude quando existia um fórum informal que reunia, em que os grupos informais de jovens davam as suas opiniões e participavam. Tinham também uma Assembleia Municipal de jovens que, aparentemente muito formatada, tinha a participação que tinha ao longo de 19 anos, porque era “muito formatada”, e o Conselho Municipal da Juventude não era muito formatado. Este era um argumento que não compreendia. -----

----- Ao longo do tempo que esta proposta vinha sendo apresentada, o argumento era sempre o mesmo, que este órgão não era representativo da Juventude, nem permitia que os jovens escolhessem a política de Juventude porque eles não tinham representatividade para poderem levar ao voto aquelas que eram as ideias que iam apresentar. O direito ao voto não era de somenos, porque se pedissem aos jovens da Assembleia Municipal de jovens, por exemplo, que viessem ao dia do eleito e que viessem assistir aqui à Assembleia Municipal, “mandassem umas bocas”, mas os deputados não quisessem saber disso para nada, se calhar, não tinham nem 2 eventos. -----

-----Quando as pessoas eram chamadas para as coisas, queriam ter intervenção efetiva nestas. Ninguém tinha nada contra um Conselho Municipal de Juventude, a única coisa que estava errada era a composição deste órgão que tinha uma constituição demasiado partidária, porque as juventudes

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

partidárias tinham cabimento, mas num órgão destes teria assento também alguém da Iniciativa Liberal que não tinha representatividade no Concelho, e do Partido Pessoas Animais e Natureza (PAN), e do Partido Livre que também não tinham representatividade no Concelho. Era tão simples como isto: 16 políticos e 3 associações juvenis.-----

----- Por outro lado, dizer que os jovens não tinham oportunidade de se expressar e de dar as suas opiniões, também revelava um grande desconhecimento, porque no Fórum Municipal de Juventude, que não pretendia substituir um Conselho Municipal de Juventude, porque não tinha a ideia de que qualquer executivo da Câmara tivesse tido a ideia de criar este fórum municipal da Juventude para substituir por o Conselho Municipal de Juventude, tinha querido era de facto criar um espaço em que os jovens livremente fossem a encontros com ideias muito interessantes e debates muito interessantes e muito participados no âmbito desse fórum, onde davam a sua opinião e a sua visão daquilo que devia ser a política direccionada para a Juventude no Concelho. Não era através do Conselho Municipal da Juventude, com esta constituição que iria permitir isso.-----

----- Relativamente ao facto de estar previsto na lei e ter de se cumprir, nem valia a pena ir por aí, porque se fossem para o cumprimento da lei tinham um caminho muito longo para cumprir, a começar pelo Governo, nomeadamente a Lei das Finanças locais, etc. Portanto, o facto de estar na lei, e por isso provavelmente não tinha sanção a sua não Constituição, tinha a ver com o facto de provavelmente ficar à discricionariedade dos municípios constituir-lo. Era verdade que havia muitos constituídos, mas se calhar podiam ver, em relação ao Concelho de Sesimbra, qual era a importância que as opiniões dos jovens tinham na definição das políticas para o Conselho desses Concelhos e qual é que era aqui em Sesimbra, e não tinha a mínima dúvida de que aqui eram muito mais livres para participar do que se tivessem o Conselho Municipal da Juventude, constituído da forma prevista legalmente.-----

-----Solicitou em seguida um esclarecimento ao Senhor Presidente de Câmara para dizer qual era a Constituição e qual vinha sendo a base mais constante da constituição do Fórum Municipal da Juventude e das iniciativas que vinham tendo, bem como a participação, para, de facto, perceberem que ninguém aqui queria formatar nada nem com o que já estava constituído nem com que futuramente se pudesse vir a constituir. A Juventude teria sempre uma palavra importante na definição daquelas que eram as políticas e as opções por parte das políticas da CDU.-----

-----Interveio o **Deputado João Castanho** que disse que com a intervenção da Deputada Sandra Carvalho tinha surgido uma dúvida e queria colocar uma questão, à qual, se calhar, a Bancada do PS poderia responder com mais facilidade por serem os proponentes do documento.-----

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Disse que tinha sido referido agora que seria um membro de cada partido a integrar a Comissão, e no documento dizia que era um membro de cada partido representado na Assembleia Municipal. Perguntou se era os que tinham representação na Assembleia Municipal ou na Assembleia da República.---

-----De seguida, disse que o momento em que esta recomendação era sujeita, não era inocente, porque tinham acabado de ouvir as propostas dos jovens e tinham logo esta esta recomendação no mesmo momento. -----

-----Os jovens faziam parte da sociedade e queriam que eles fossem integrados na sociedade, portanto, considerava que este era mais um ponto onde eles podiam representar as suas ideias e as suas opiniões sobre o presente, e, depois, cabendo decidir certamente que, independentemente do número de representantes que lá estivessem, se houvesse coisas com algum propósito, provavelmente seriam aceites, independentemente de terem voto ou não. Agora, cortar à partida este órgão não parecia razoável, mas iriam ouvir o resto das explicações do Presidente da Câmara. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse que, pelos vistos, agora o problema era que já havia representação a mais, quando há pouco o problema era que havia poucos representantes e quantos é que iriam lá estar representados e quantos é que votariam. Parecia que o problema era que havia uma série de entidades representadas e já eram muitos. -----

-----Acrescentou que quando havia má vontade, todas as desculpas serviam para não se levar para a frente os projetos. De qualquer forma, também naturalmente que o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República tinha toda a liberdade para apresentar uma proposta de alteração à lei que definisse e alterasse qual era a Constituição. -----

-----Relembrou que o que se estava aqui a propor também era que se estabelecesse um regulamento para o funcionamento deste órgão, onde também poderia haver alguma liberdade para se definir aquilo que iria ser e a forma como se iria constituir dentro do enquadramento legal que o definia. Portanto, face a isto, mais uma vez continuava só a sua ouvir dificuldades, mas voltava a dizer para se dar um passo em frente de uma vez por todas em vez de continuarem a recuar. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Oliveira** que disse estar assustado com algumas das afirmações, e estava-se a lembrar de uma pessoa a falar na televisão que tinha passado hoje no telejornal, numa sessão Internacional criada para determinados objetivos, e parecia-lhe estar a ouvir essa pessoa há pouco a falar. -----

-----Disse que não percebia como é que numa Assembleia Municipal em que vinham debatendo e defendendo a participação das pessoas, onde se queixavam, cada vez que havia eleições, da abstenção

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

terrível e de as pessoas não quererem saber da política e não quererem participar, e quando se tentava constituir alguma coisa em que as pessoas estavam disponíveis e queriam participar, ainda por cima que tinha regras, não era uma coisa que “caia do céu”, não era uma coisa feita à imagem, semelhança e à medida, diziam que não podia ser porque a representatividade era a mais, a participação era a menos ou a participação era excessiva. Perguntou se isto era a promoção da democracia e da participação. -----

-----Disse que não queria saber quantas organizações de Juventude havia nem quantas associações de cultura e recreio existiam. O que queria era que as pessoas tivessem os seus espaços. Podia ter uma associação só com 3 pessoas, porque mais de 2 já era uma associação. Quando estavam aqui a discutir a participação dos jovens e estavam preocupados se vinham do PAN ou da Iniciativa Liberal, não queria saber disso para nada. As coisas eram constituídas e existia a possibilidade de organizar e que este órgão pudesse ser um órgão de participação.-----

-----Referiu que se a Câmara Municipal entendesse que determinadas propostas do Conselho Municipal da Juventude não tinham cabimento e não faziam parte da política daquilo que a Câmara Municipal e a maioria dos órgãos autárquicos entendiam tinham o direito de dizer, por exemplo, que não haveria tal projeto porque não havia quem o suportasse, mesmo que quisessem. Era um órgão consultivo, mas parecia que estavam aqui a pensar que era um órgão deliberativo ou executivo.-----

----- Perguntou porque é que não queriam que a Juventude se organizasse de uma forma que estava legalmente estabelecida. Isso vinha com o disparate de falar sobre a Lei das Finanças Locais. Isto era de um estropício e de uma coisa que não tinha explicação. Estavam a falar disto de uma forma séria, ou queriam ou não queriam, se não daqui a pouco iriam votar e acabaria a conversa, e logo se via qual era a maioria e o que é que as pessoas queriam, agora estar com argumentação que não tinha o mais mínimo sentido, estavam todos a perder tempo. -----

-----Interveio a **Deputada Sandra Carvalho** que disse que ninguém tinha falado em representatividade a mais, aquilo que se havia falado era sobre representatividade errada para aquilo que era o efeito que se pretendia com o Conselho Municipal da Juventude. Porque não tinha a ver com o número de pessoas que pudessem estar presentes no Conselho, tinha a ver com a qualidade das pessoas que lá estavam, que não eram representativas dos jovens, sendo que um Conselho destes deveria ser com a representatividade dos jovens, não era a mais nem a menos. -----

-----Relativamente àquilo que o Deputado Carlos Oliveira entendia, o que podia dizer era que esse era o entendimento do Deputado, mas noutras ocasiões em que tinha vindo aqui este documento, outro



Assembleia Municipal de Sesimbra

representante do PSD não tinha tido o mesmo entendimento. Todos eram livres de ter opiniões diferentes. -----

-----Sobre a da Lei de Finanças Locais disse que era muito fácil querer desconversar porque toda a gente sabia em que contexto é que havia falado sobre isso, nomeadamente por causa do incumprimento, porque havia muitos incumprimentos. Relativamente àquilo que eram os conceitos e as apreciações subjetivas de quem ouvia aquilo que a própria dizia e aquilo que pensavam ou deixavam de pensar, não estava muito preocupada com isso, nem a bancada, porque agiam de acordo com a consciência e eram coerentes e, portanto, a proposta de alteração a esta lei tinha sido feita e apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República e tinha sido rejeitada. Portanto, se tinham uma proposta de alteração, não concordavam com esta lei. Pelo facto de não concordarem com esta lei, tinham de ser coincidentes e consequentes com esse ato. Podia vir apresentada a proposta 10, 15 ou 30 vezes, que continuariam a pensar da mesma forma, e, até hoje, independentemente da representatividade que tinham, não era maior ou menor representatividade que iria fazer mudar de opinião, porque o que estava errado continuava errado, mesmo que fosse apresentado montes de vezes.-----

----- O que estava errado aqui era a composição e não seria o regulamento que iria poder compor este Conselho, porque o regulamento tinha sempre de respeitar a lei, e, portanto, não poderia ser possível dar direito de voto a quem a lei dizia que não tinha direito de voto. O que estava errado nesta lei era a composição deste Conselho e com este não concordavam. -----

-----Disse que gostaria de saber depois a resposta do Senhor Presidente relativamente à questão que havia colocado sobre o Fórum Municipal da Juventude. -----

-----Interveio o **Deputado Sérgio Faias** que disse que mais uma vez tinha ficado claro qual era a posição, portanto, não deviam continuar aqui eternamente nesta discussão. Queria deixar só uma nota, sobre um assunto que vinha sendo falado na Comissão de Líderes, e traria aqui antes de que o senhor Presidente passasse a palavra ao executivo da Câmara. Disse que este era um tema em que a discussão se fazia entre as bancadas, portanto, esperava que o executivo da Câmara não viesse a ser encarado como mais uma extensão da Bancada do PCP neste caso, porque a discussão política era entre as bancadas. -----

-----Usou da palavra o **Presidente da AMS** que referiu haver uma série de questões que tinham sido colocadas diretamente ao executivo, respetivamente ao Senhor Presidente, e que tinha estado a deixar “rolar” o debate entre as bancadas, mas as respostas do Senhor Presidente se calhar já teriam evitado algumas das intervenções. Julgava haver aqui muitos esclarecimentos a dar pelo Senhor Presidente, até



Assembleia Municipal de Sesimbra

porque esta era uma recomendação à Câmara, sendo que era normal que se quisesse ouvir a opinião do executivo e os argumentos que tinham para apresentar. -----

-----Interveio o **Deputado Rui Rodrigues** que disse ao Deputado Sérgio Faias para quando se dirigisse à bancada não dissesse a “bancada do PCP”, porque esta era a Bancada da CDU. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CM** que começou por dizer que já estava nesta Assembleia Municipal, hoje nestas funções, e 12 anos na Bancada da CDU, e que no início de cada mandato, sempre num momento muito específico que se tratava de alguma discussão sobre Juventude, era um cliché do Partido Socialista apresentar esta proposta. Não era em qualquer momento, não era em qualquer altura, era específico e escolhia exatamente nesse contexto. -----

-----Disse que este documento era uma recomendação que seria votada, mas independentemente daquilo que era o resultado da sua votação, competia ao Município de Sesimbra, como em muitas outras recomendações, efetivamente implementar ou não implementar aquilo que era as recomendações desta Assembleia Municipal. -----

-----Disse também que após uma intervenção muito incisiva sobre a discussão desta matéria por parte da bancada do PSD, folgava que nas restantes votações, sempre que este “cliché” tinha vindo a esta Assembleia Municipal, o PSD também se tivesse manifestado contra este modelo do Conselho Municipal da Juventude, mas isso era apenas também uma evolução. -----

-----A questão que colocava e que já havia colocado da última vez já no exercício destas funções, e que o Partido Socialista há 4 anos também não tinha querido aceitar e acomodar, era a seguinte: Já se tinha percebido aqui claramente que, das duas uma, ou havia um desconhecimento, e admitia que sim, da responsabilidade da Câmara, daquilo que era o trabalho feito pela Câmara Municipal na área da Juventude, por parte dos eleitos da AM, ou, não havendo um desconhecimento, havendo algum conhecimento, havia alguma má-fé. Mas, então, antes de votar esta recomendação, a exemplo daquelas que tinham sido também as suas antecessoras, porque é que não se dava a voz a toda a equipa da Juventude e ao conjunto dos jovens das mais diversas áreas, das bandas, das artes, da literatura, das associações que faziam parte do fórum Municipal da Juventude, para ouvir qual era a opinião deles. Em vez de votar esta recomendação, a Comissão que tinha a área da Juventude podia ouvir, e se achassem que fazia sentido a criação do Conselho Municipal da Juventude nestas condições e da forma como legalmente estava previsto, a Câmara Municipal de Sesimbra não tinha nada a opor relativamente a esta matéria. Agora dizer-se que não se fazia nada na Juventude e que o salto qualitativo se faria com a criação deste Conselho Municipal de Juventude, que estava previsto em lei, era no mínimo caricato. -----

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que nunca tinha visto nenhum deputado desta Assembleia Municipal, num local que era aberto ao público de todas as idades, dirigido aos jovens das mais diversas faixas etárias a partir dos 14 anos, que existia há anos, nem os mais jovens que aqui se arrogavam como se existisse uma falta de informação, a participar no Fórum Local da Juventude. Existia todos os anos 3 ou 4 reuniões abertas. A política de Juventude da Câmara era em função daquilo que eram as propostas destes jovens. Devia-se ouvir os jovens e trazê-los aqui à Assembleia para poderem dizer qual era o caminho.-----

-----Perguntou que “raio” de inferência era esta de dizer que pela falta de um conselho municipal da Juventude existia um maior absentismo por parte dos jovens. Perguntou se alguém tinha comparado o Município de Sesimbra a outro qualquer com as políticas que vinha fazendo na Juventude para perceber se existiam diferenças. Umas contas simples, fosse um mero político populista, considerava que o Concelho da Península de Setúbal que há mais tempo tinha implantado o Conselho Municipal da Juventude, de acordo com o previsto na lei, era o Montijo, e nas suas últimas eleições tinha tido 56% de votantes, e o Município de Sesimbra tinha tido 57,31%. Isto não valia alguma coisa, por isso que não se fizesse o mesmo no sentido contrário.-----

-----Referiu que tinha participado há 1 mês, depois de 2 anos de pandemia, na primeira reunião pós pandemia, sendo que durante tinha havido muitas realizadas por via digital, no Grémio de Sesimbra, do Fórum Municipal da Juventude, e estava prevista uma nos próximos meses, na Quinta do Conde, e tinham estado aqui 40 jovens a participar e a debater ideias, com problemas, sendo que alguns eram incómodos para a Câmara, mas estavam lá para dar a cara.-----

-----Perguntou se algum membro da Assembleia sabia qual era a política da juventude aqui, e disse para ouvirem os jovens e os técnicos. Porque aquilo que estava em causa não era criar ou não um Conselho Municipal da Juventude com formalismo ou sem formalismo, o que estava em causa de facto, sem margem para dúvidas, era dizer que todo o trabalho que vinha sendo feito muitos não concordavam, mas provavelmente desconheciam. Não concordavam nem discordavam, desconheciam que todo o trabalho que tinha sido feito hoje podia estar posto em causa com a criação deste Conselho Municipal. Porque quando se falava aqui de representatividade, não era a questão de estar os jovens representados ou deste conjunto de tribos que aqui participavam ativamente, muitos deles sendo até referências para outros jovens na área do desporto, na área da cultura, na área das artes, que leva muitos a participar, que até eram considerados os elementos escola, que tinham influência na Juventude que não tinha nada a ver com questões político-partidárias. Tinha a ver com tribos, desportivas, musicais, todas elas, que participavam ativamente e seriam substituídos por aqueles que tinham direito a voto, que apresentavam

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

propostas, nomeadamente, por 6 representantes desta AM, pelo Presidente da Câmara, pelo técnico da Câmara que fazia parte do Conselho Regional da Juventude e nenhuma associação juvenil, porque não havia nenhuma. O Surf clube de Sesimbra tinha sido a última a ter 75% de jovens nos órgãos sociais abaixo de 35, que não tinha neste momento. Também uma associação de estudantes, que era a única que existia no Concelho, e depois até 9 representantes das juventudes partidárias dos partidos representados no Município e/ou na Assembleia da República. Era esta a composição, o resto, eram “balelas” aquilo que se tinha falado aqui. -----

----- Por fim, solicitou que ouvissem os jovens primeiro e votassem em consciência e àqueles que não eram da proposta do Partido Socialista, que queria apenas fazer um jeito ao Governo, porque era uma proposta do Conselho Municipal da Juventude, do Governo, que ouvissem primeiro e que propusessem que baixasse à Assembleia Municipal para ouvir os jovens que participavam, para perceber o trabalho que era feito, e não para perceber a opinião do Presidente da Câmara, porque o que esse tinha vindo a fazer era seguir a opinião dos jovens do Concelho. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que referiu que só queria dizer duas coisas. A Primeira coisa era que não tinha ouvido aqui por parte de nenhum dos deputados que tinham intervindo, nem do próprio, pôr em causa a política de Juventude da Câmara. Ninguém tinha dito nada sobre como estava a ser gerida a política de Juventude da Câmara. Não era isso que estava em causa. O Presidente assumia esta proposta como sendo ou estando a pôr em causa a política de Juventude. -----

-----A segunda questão era que o facto de ser criado o Conselho Municipal da Juventude, não obrigava a que o Fórum da Juventude desaparecesse, porque era uma estrutura que tinha a sua própria vida e iria viver com isso. Os próprios jovens iriam ter a possibilidade de dizer que não se reviam no Conselho Municipal da Juventude e, portanto, querer participar através do Fórum da Juventude, mas isso era uma escolha deles. Portanto, se podiam ter 2 estruturas a existir, existiam, mas a função de uma e a função de outra eram perfeitamente diferentes. -----

-----O Conselho Municipal da Juventude era um órgão consultivo e tinha o seu estatuto próprio, o Fórum da Juventude era aquilo que a Câmara Municipal quisesse, nomeadamente, consultivo e participativo, e tinha uma estrutura informal. Não era uma estrutura que tivesse qualquer suporte, mas às vezes as coisas que não tinham qualquer suporte legal até tinham muita mais consistência, portanto, se tudo funcionava assim, não via qual era o medo, e se a representação dos jovens era feita meramente pela via política, que fosse feito pela via política. A questão era para que é que estavam aqui a dizer que

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

constituindo um o outro desaparecia. Não desaparecia, porque, as pessoas que tivessem interesse e não quisessem participar ou nem pudessem eventualmente participar no Conselho Municipal de Juventude e quisessem continuar no fórum, ficariam no fórum por ver que aquele defendia os seus interesses, mas também podia acontecer que eles quisessem ver outro órgão. -----

----- Por fim, disse que o PSD, nos mandatos anteriores tinha tomado uma determinada posição, mas tinham estado aqui alguns representantes que hoje não estavam cá, estava cá o próprio e o Deputado Germano Barros, e provavelmente podiam ter outra visão porque evoluíam, e até podiam evoluir ao contrário, de sempre votar contra ou votar sempre a favor e agora votar contra.-----

-----Interveio em seguida o **Deputado Ricardo Mendes** que disse que queria deixar uma nota, e indo ao encontro das palavras do Deputado Carlos Oliveira, que também noutros municípios por este país fora existia o Fórum da Juventude, portanto, seriam 2 órgãos. Neste caso, o Conselho Municipal da Juventude e o Fórum podiam ser complementares. Havia casos no país em que essa situação acontecia.-----

----- Como o Deputado Carlos tinha explicado, um tinha um enquadramento legal e era mais formal, o outro era mais informal, mas podiam ser complementares naquilo que era a execução das políticas de Juventude no Concelho. -----

----- Depois, queria dar uma segunda nota, tendo em conta aquilo que o Presidente da Câmara tinha referido, aquilo que o próprio tinha dito era que o Conselho Municipal da Juventude podia ser um mecanismo naquilo que era o combate ao alheamento por parte das faixas etárias mais jovens, não disse que existia uma correlação direta. Disse que sim que podia haver uma melhoria com esta participação por parte dos jovens. -----

-----Disse que o Presidente podia ter mencionado que daqui a 2 semanas teriam um evento Magno daquilo que era o evento Juventude regional maior, que acontecia à partida de 11 em 11 anos no nosso Concelho, e não tinha ouvido o Senhor Presidente dizer que tinham uma baixa participação de jovens face a outras edições que tinha havido noutros municípios. Acrescentou que havia participado nesse evento em representação de uma estrutura, que era a Juventude socialista, e havia pouquíssimas associações ou grupos informais, não estavam a falar de associações, na participação do Festival da Liberdade, que iria ocorrer daqui a 15 dias, na Quinta do Conde.-----

-----Interveio o **Deputado Rui Rodrigues** que disse querer fazer o repto ao PS de baixar este documento à Comissão Sociocultural, da qual era coordenador, para que pudessem ouvir os jovens. Enquanto Coordenador da Comissão, assumia que faria a reunião o mais breve possível.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Usou da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse que não aceitava o repto porque achavam que era tempo de acabar com este cliché de vez e votar, e não voltava o “cliché” a aparecer mais vez nenhuma porque era aprovado e a partir de agora já não teriam de ter esse problema de voltar a trazê-lo cá. Era uma excelente oportunidade para se acabar com o “cliché”-----

----- Havia algumas notas sobre a questão dos jovens e das tribos que não queriam formalizar, de facto, era uma opção e era um direito de não quererem ter uma representação mais formal. No entanto, isso acabava por servir de barreira à participação noutros fóruns, e, naturalmente, iriam perceber que o facto de não estarem formalmente constituídos iria servir de barreira, desde logo em fóruns nacionais onde se debatia, a nível nacional, estes problemas. Julgava que tinham todos a ganhar em alargar o debate partindo da realidade local para a realidade nacional e depois vindo, do que essa discussão nacional, de novo para o local, porque tinham todos a aprender uns com os outros, e o facto de não se formalizarem, por exemplo, num encontro que havia acontecido em Vila Real de Santo António, não havia representação de associações de Sesimbra porque não estavam formalmente constituídas e seria uma ótima oportunidade.-----

-----Não podia deixar de referir que ninguém queria colocar em causa o Fórum Local da Juventude e nada impedia que, existindo este Conselho Municipal da Juventude, esse Fórum funcionasse na forma que funcionava ou noutra, conforme os jovens quisessem que este funcionasse. Também a questão de todo o trabalho que vinha sendo feito no âmbito da Juventude, estar posto em causa. Ninguém queria nada a pôr em causa o trabalho feito, o que se queria era reforçar cada vez mais o papel dos jovens e mais uma vez olhar para os jovens como cidadãos presentes no nosso Concelho e dar-lhes a oportunidade de participarem.-----

----- Quanto às “balelas”, disse que estavam todos aqui seriamente a participar, a dizer aquilo que pensavam e a dar opinião, que podiam dar mais ou menos valor, mas rotulá-las também não parecia que fosse a melhor forma.-----

----- Sobre a questão da tentativa de “colar” a proposta ao Governo e dizer que a proposta do Conselho Municipal da Juventude era uma proposta do Governo e que era um favor que o PS estava a fazer ao Governo para tentar que os outros grupos políticos sentissem isso como uma forma de já não votar a favor porque estavam a fazer um favor ao Governo, não lhe parece. Além disso, a lei já vinha desde 2009 e já não sabia quantos governos tinham passado e já tinham feito esta proposta com vários governos, portanto vinha sendo um “cliché” e iam de uma vez por todas acabar com o “cliché” e aprovar isto para daqui para a frente não terem de voltar a trazer cá a proposta. -----

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Interveio o **Presidente da CM** que disse que se a recomendação fosse aprovada o clichê terminava, era um facto, mas não queria dizer que fosse implementado, mas o clichê terminava até para o ano. - -----

-----Sobre o Festival da Liberdade, referiu que era para ser realizado em 2020, e como não tinha sido possível iria realizar-se em 2022. Tinha havido um conjunto significativo de reuniões com o movimento associativo. Acrescentou que não sabia se o deputado tinha um mapa comparativo entre aquilo que tinha sido a participação para esta edição e aquilo que tinha sido a participação nas edições anteriores, mas a informação que tinha da AMRS era que a participação estava em linha com aquilo que tinham sido as participações anteriores, independentemente da condicionante das participações em momentos de confinamento nas participações físicas. -----

-----Disse que mesmo este último fórum Local da Juventude tinha tido uma participação muito mais reduzida que o último realizado na pré pandemia e, menos de 50% da participação que tinha tido o último fórum de 2019, ano em que se havia realizado o festival Zbigens, que tinha sido até uma proposta dos jovens e, portanto, havia 7 a 8 associações que iam participar no evento do Concelho, algumas delas com muitos jovens, mas nenhuma delas era uma associação juvenil, pelo facto que já tinha sido aqui considerado. -----

-----A única questão que deixava e que voltava a repetir era que no mínimo, era estranho que, num quadro de propostas sobre esta matéria não houvesse da parte dos proponentes, como não tinha havido em anteriores ocasiões, ouvir sobre tudo aquilo que era a estrutura que existia hoje também sobre esta matéria, fosse ela formal ou informal, havia um conjunto significativo de jovens que participavam, que podiam vir ser convidados a esta Assembleia, que podiam e deviam participar também nesta discussão. Garantidamente que nenhum deles era partidário, pelo menos conhecidos, e achava no mínimo estranho que mais uma vez da parte dos proponentes rejeitassem ouvir efetivamente o conjunto de jovens do Concelho que há muitos anos vinham participando de forma ativa nas políticas do Concelho. -----

----- Disse ainda que não tinham nenhuma reserva moral sobre a aprovação da recomendação, independentemente da discordância relativamente àquilo que era a composição, que havia incompatibilidades. O Município vinha seguindo, e muitas vezes discutido abertamente com os jovens, aquilo que eram as propostas dos jovens nesta matéria em toda a linha. O que iam ter era uma outra entidade que teria pareceres vinculativos sobre políticas, pareceres obrigatórios sobre políticas de Juventude e sobre questões orçamentais que podiam colidir com uma organização informal. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Por fim, disse que o único repto que fazia mais uma vez, independentemente da votação, era que os proponentes ouvissem um conjunto significativo de jovens que eram muitos e bastantes nesta Assembleia, numa discussão alargada sobre o Tema. No essencial e ouvir aqueles que vinham contribuindo para aumentar, para não perder a participação dos jovens no Concelho. Se daí surgisse que era este o modelo que podia ser uma mais-valia para consolidar as políticas de Juventude, para aumentar aquilo que era a participação dos jovens, cá estariam com toda a frontalidade, muito independentemente de discordar, como sempre, para poder aprovar também do seu lado essa proposta. -----

-----De seguida, não havendo mais intervenções, foi colocada à votação a **Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra com o título: “Implementação do Conselho Municipal de Juventude em Sesimbra”,** que foi **aprovado por maioria, com 13 votos a favor (8 PS, 1 CHEGA, 2 PPD/PSD, 1 MSU e 1 BE), 10 votos contra da CDU e 1 abstenção do CHEGA.** -----

-----O Grupo Municipal do CHEGA prestou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“A bancada do CHEGA, na sessão ordinária de dia 17 de Junho de 2022, na recomendação “Implementação do Conselho Municipal de Juventude em Sesimbra” deu o seu voto no sentido da **ABSTENÇÃO.**-----

-----*Não porque de forma alguma seja contra ou tenha alguma reserva na necessidade imperativa que os jovens adolescentes e adultos tenham uma participação cívica e política ativa, pelo contrário, muito anseia uma maior adesão dos nossos jovens. Mas apesar desta recomendação vir de encontro á suposta necessidade de estimular os jovens a interagir com a sociedade, a mesma vem com algumas incongruências, pois veem os jovens do CHEGA sendo surpreendidos com os vários impedimentos que a própria lei implanta á sua participação plena nas Assembleias Municipais do nosso país, distrito em concreto Almada e Barreiro, pois como é sabido apesar da Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro, que cria o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude, e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, que regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, e ainda a Lei n.º 6/2012, de 10 de Fevereiro*-----

-----*No Artigo 4.º Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro Composição dos conselhos municipais de juventude A composição do conselho municipal de juventude é a seguinte:*-----

-----*a) O presidente da câmara municipal, que preside;*-----

-----*b) Um membro da assembleia municipal de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na assembleia municipal;*-----

-----*c) O representante do município no conselho regional de juventude;*-----

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

- d) Um representante de cada associação juvenil com sede no município inscrita no Registo Nacional de Associações Jovens (RNAJ); -----
- e) Um representante de cada associação de estudantes do ensino básico e secundário com----- sede no município inscrita no RNAJ; -----
- f) Um representante de cada associação de estudantes do ensino superior com sede no município inscrita no RNAJ;-----
- g) Um representante de cada federação de estudantes inscrita no RNAJ cujo âmbito geográfico de actuação se circunscreva à área do concelho ou nas quais as associações de estudantes com sede no município representem mais de 50 % dos associados;-----
- h) Um representante de cada organização de juventude partidária com representação nos órgãos do município ou na Assembleia da República; -----
- i) Um representante de cada associação jovem e equiparadas a associações juvenis, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 23/2006, de 23 de Junho, de âmbito nacional.-----
- E posteriormente no Artigo 1.º Alteração à Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro a lei a lei Lei n.º 6/2012, de 10 de Fevereiro nas alíneas -----
- e) Um representante de cada associação de estudantes do ensino básico e secundário com sede no município;-----
- f) Um representante de cada associação de estudantes do ensino superior com sede no município; -
- A criação deste órgão baliza em muito a possibilidade dos jovens do concelho de interagirem pois se for imperativo o cumprimento da lei como é defendido na recomendação apresentada - Os membros do conselho municipal de juventude nas alíneas -----d) a i) do artigo 4.º têm o direito de: -----
- a) Intervir nas reuniões do plenário; -----
- b) Participar nas votações de todas as matérias submetidas à apreciação do conselho municipal de juventude; -----
- c) Eleger um representante do conselho municipal de juventude no conselho municipal de educação; -----
- d) (Revogada.)-----
- e) Propor a adopção de recomendações pelo conselho municipal de juventude;-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- f) Solicitar e obter acesso à informação e documentação necessárias ao exercício do seu mandato, junto dos órgãos e serviços das autarquias locais, bem como das respectivas entidades empresariais municipais. -----

----- Mas apenas e só se cumprirem os requisitos do artigo 4º composição, ora é sabido pela bancada do CHEGA que os jovens no seu geral não constituem grupos associativos, tão pouco os existentes estão inscritos no RNAJ até porque a constituição de uma associação acarreta custos e procedimentos administrativos de grande complexidade para jovens que apenas querem poder participar ativamente na vida cívica e política do concelho, mesmo as juventudes partidárias e nomeadamente a do CHEGA estão ainda em fase de constituição, sendo ainda só comissões instaladoras, isto torna a grande maioria dos nossos jovens em meros observadores, não é esse o entender do CHEGA, o que se pretenda da ação dos nossos jovens é que sejam mais que meros observadores, o CHEGA quer jovens pró-ativos, integrantes com opinião e que possam ser ativos na melhoria do nosso concelho, sem que lhes seja imposto pertencer a uma qualquer associação, apenas e só porque são jovens querem ser ouvidos e dar opinião para melhorar o seu concelho. Assim sendo e no cumprimento da lei como é imperativo que este concelho funcione em Sesimbra os nossos jovens serão meros observadores de uma assembleia municipal de jovens onde os seus membros na sua maioria seriam os representantes seniores do executivo camarário, da já existente assembleia municipal e das juventudes partidárias regulamentadas e devidamente constituídas ou seja eles próprios, os juventude comunista e a juventude social democrata ou seja esta assembleia municipal seria apenas um palco para os jovens socialistas poderem “actuar” os restantes jovens do nosso concelho estarão lá apenas e só para verem o desempenho destes, o que é completamente desmotivador e dissuasor para o que se pretende, no entender do CHEGA, que é estimular a adesão de todos os jovens dos 14 aos 30 do nosso concelho.” -----

----- O Grupo Municipal da CDU, apresentou a seguinte Declaração de Voto: (a aguardar entrega) -----

----- De seguida, dando seguimento ao PAOD, o **Presidente** cedeu a palavra à Deputada Sandra Carvalho para que esta fizesse a apresentação da **Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra com o título “Avançar - Por Mais e Melhores Transportes”**, que a seguir se transcreve: -----

----- “Temos vivido nos últimos anos, com incidência na Área Metropolitana de Lisboa (AML), significativos avanços na democratização e melhoria das condições de acesso aos transportes públicos; -----

----- Contrariando uma lógica de desvalorização do transporte público e de privatizações que a Lei nº 52/2015 que aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros orienta, em 2019 foi possível avançar com uma solução tarifária acessível à grande maioria da população, permitindo uma

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

muito significativa redução do custo suportado por cada família, alargando a mobilidade oferecida pelo passe social ao 18 Concelhos da Área metropolitana de Lisboa, atraindo mais utentes para a utilização do transporte público;-----

-----A solução, objeto de luta e reivindicação das populações e do Poder Local durante dezenas de anos, foi construída envolvendo as Autarquias e o Governo, e não poderia ser de outra forma;-----

-----A implementação do Passe Social Intermodal com uma significativa redução do preço, para além de um acesso mais acessível e simplificado ao transporte público, contribuiu (já está referido no parágrafo anterior), para a redução da utilização do transporte individual e consequente redução de emissões de CO2; --- -----

-----Operando uma revolução nos transportes, a redução tarifária permitiu prosseguir a perspetiva de continuar a avançar numa lógica integrada e reforçada dos transportes em toda a região da AML, procurando garantir mais e melhor mobilidade, mais e melhor ambiente, transportes públicos mais acessíveis e baratos;-----

-----A criação da Empresa Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML) integra a persecução destes objetivos;-----

-----O contexto atual, ao qual os municípios são alheios, de aumento significativo do preço dos combustíveis e, em geral, do custo de vida, colocam novas exigências e dificuldades;-----

-----Aberta a possibilidade de proceder à contratação de serviço público rodoviário de passageiros, a partir da AML foi encetado um caminho, sem estar livre de complexidades e exigências, para a implementação de uma nova operação rodoviária integrada, alargada e inovadora no território da AML, em todos os concelhos que a compõem; -----

-----Essa operação teve início no passado dia 1 de Junho, iniciando no Lote 4, que inclui os concelhos de Alcochete, Moita, Montijo, Palmela e Setúbal, sendo que o Concelho do Barreiro já servido pelos TCB, passou também a integrar a operação. Uma operação contratada pela TML à empresa ALSA Todi, no âmbito de concurso internacional. Um lançamento que trouxe problemas antigos e conheceu no seu arranque dificuldades e falhas; -----

-----A partir do dia 1 de Julho, e progressivamente até 1 de janeiro, o Lote 3 (Almada, Seixal e Sesimbra) entrará em vigor. No início da operação, a 1 de julho, a oferta já será bastante superior à que existe atualmente, aumentando gradualmente, a dia 1 de cada mês, até atingir os 100% a 1 de janeiro de 2023. Cada passo dado representa avanços e novas exigências, que obriga a medidas de acompanhamento, monitorização e resposta diárias;-----

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Os problemas identificados no arranque do Lote 4, para a além da exigência de os ultrapassar o mais rapidamente possível, obrigam a prevenir nos restantes Lotes problemas similares e a antecipar novos problemas decorrentes da área da operação específica de cada lote e seu território;-----

-----Os utentes e as populações não podem ver regredir os avanços alcançados, nem que as suas justas expectativas sejam goradas. É possível, como é necessário, antever e prevenir problemas na operação, garantindo a melhoria da fiabilidade, da comodidade e da eficácia para qual esta operação está desenhada e que dela resultará. -----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 17 de Junho de 2022, delibera: -----

-----Recomendar à Câmara Municipal que no quadro da sua integração na AML, e em conjunto com os restantes municípios que a compõem:-----

-----1) a tomada de medidas para assegurar o cumprimento integral dos horários, das carreiras e dos percursos que em cada momento estão previstos assegurar por cada um dos operadores contratados; -----

-----2) o acompanhamento de modo que cada prestador de serviços procure a tempo debelar problemas e imprevistos, procedendo a ajustes e acertos verificados como necessários;-----

-----3) a verificação do cumprimento das responsabilidades de cada prestador de serviços na prestação do serviço público de transporte de passageiros e na defesa dos direitos dos seus trabalhadores;-----

-----4) a planificação cuidada da informação e da comunicação junto dos utentes – horários, carreiras, percursos.”-----

-----A **Deputada Sandra Carvalho** começou por dizer que esta recomendação era bastante clara na exposição dos seus motivos e na sua parte deliberativa, porque no fundo, o que se pretendia de facto era que uma operação com a importância que tinha esta operação dos transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa (AML), ocorresse de acordo e ao encontro daquelas que eram as legítimas expectativas dos cidadãos e com o mínimo de incidentes possíveis. -----

----- Bem sabido era que, de facto, uma operação desta dimensão implicaria com certeza, principalmente também no momento em que se viviam algumas perturbações, nomeadamente até pela dificuldade na entrega dos veículos, entre outros componentes. Mas, de facto, o que se apelava aqui era que os municípios em conjunto, na AML, fizessem um esforço no sentido de haver o máximo cuidado e o máximo de planeamento possível para que a operação decorresse com o menor número de incidentes possíveis e com menor atraso possível, uma vez que há muitos anos que uma rede de transportes públicos na AML era um desejo de todos os cidadãos que moravam nesta área geográfica. Portanto, o

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

objetivo desta recomendação era que os municípios fizessem um último esforço, de entre muitos esforços que já vinham sendo pedidos, no sentido de assegurar que esta realidade acontecesse da forma mais suave possível e ao encontro das expectativas da população. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse que, na prática, tinha percebido o esforço da Deputada Sandra, que reconheciam, em tentar transmitir aquilo que eram os objetivos desta recomendação, mas continuavam a ter dúvidas e continuavam a não perceber muito bem qual era o objetivo concreto desta recomendação e o que se pretendia com esta. -----

-----Causava alguma estranheza que a recomendação surgisse, e que recomendasse à Câmara Municipal que assumisse um conjunto de ações. Acrescentou que deviam de relembrar aqui o processo, nomeadamente que o que tinham votado nesta Assembleia Municipal era a possibilidade de ser a AML a lançar os procedimentos, e, neste sentido, naturalmente que a AML tinha a participação de vários municípios que acompanhavam o que acontecia. Tinha havido um concurso para atribuição de concessões das carreiras, e, normalmente, neste tipo de concursos, havia depois gestores de execução do contrato que tinham de gerir o cumprimento do que estava a acontecer, portanto, estavam a recomendar qualquer coisa que já estava prevista e que normalmente tinha de acontecer, e daí terem algumas dificuldades em perceber exatamente qual era o objetivo da recomendação.-----

-----Referiu que também já tinha sido falado aqui na última sessão que a Câmara Municipal havia contratado já uma pessoa através de uma avença para fazer o acompanhamento destes contratos e de garantir que eram cumpridos os critérios que estavam estabelecidos à partida. Havia, portanto, aqui uma redundância face a tudo o que já estava a acontecer, que não se percebia muito bem. Depois era expectável, naturalmente, que a Câmara Municipal monitorizasse o cumprimento daquilo que eram as obrigações contratuais. Portanto, todos concordavam que tinha havido uma mudança de paradigma, que iria haver uma alteração em relação àquilo que era o processo anterior. Portanto, se calhar não lhe chamaria uma revolução, mas mais uma evolução, apesar de no texto da recomendação às vezes falar em revolução no que estava a acontecer e outras vezes em evolução. Mas, naturalmente que havia uma mudança face ao paradigma que existia anteriormente. Portanto, numa fase inicial, era normal que existisse uma fase transitória em que podia nem tudo correr melhor, naturalmente que deviam estar atentos, mas daí até estar a recomendar à Câmara que fizesse aquilo que já era o seu trabalho, não conseguiam compreender qual era precisamente a abrangência e o grande objetivo desta recomendação. -

----- Foi cedida a palavra ao **Presidente da CM** que disse que importava clarificar que a quem cumpria assegurar o cumprimento integral dos aspetos contratuais não era à Câmara nem à AML, era à

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML), que era uma empresa pública que era totalmente participada pela AML. Era quem havia tramitado toda a contratação, portanto, a AML e os municípios haviam tratado do processo, mas neste momento o operador que operava na AML, chamava-se TML, que tinha uma marca que se chamava Carris metropolitana, que havia contratado 4 serviços diferentes em 4 lotes, curiosamente com 4 prestadores diferentes, sendo que cada um dos lotes tinha sido ganho por um respetivo prestador de serviço. -----

-----Portanto, não competia à Câmara o acompanhamento daquilo que era as questões contratuais, mas sim à TML. Competia à Câmara, no quadro daquilo que era o seu município e olhando hoje para um verdadeiro serviço Público do qual o município de Sesimbra, à parte dos restantes 17 municípios, muito ativamente e muito financeiramente havia contribuído, competia, obviamente, assegurar também esta relação com a entidade que tinha essa responsabilidade por forma a que o Município de Sesimbra e os utentes do Concelho de Sesimbra não ficassem prejudicados. Acrescentou que a partir do dia um de julho deixava de haver as reclamações ao anterior operador que se chamava TST, as reclamações seriam para a TML que por sua vez, indiretamente, porque o Município não tinha nenhuma participação no capital da TML e era a AML a total detentora da participação da TML, mas obviamente, indiretamente tinha, por via da AML. -----

-----Disse que era do conhecimento público que o contrato tinha de iniciar indubitavelmente no dia um de julho. Havia um dos lotes, curiosamente, cujo prestador de serviço era o único que pela primeira vez estava a operar na região, que por acordo com a TML e com os respetivos municípios indiretamente, tinham optado por iniciar o mês mais cedo no sentido de prepararem a operação. Sendo um operador que operava pela primeira vez nos concelhos de Setúbal, Palmela, Montijo, Alcochete, Moita e indiretamente no Barreiro, porque fazia as carreiras supra municipais, e as coisas não tinham corrido bem, como era do conhecimento geral, aliás, havia uma carreira, com o número atual de 4642, a carreira Sesimbra-Setúbal, cujos primeiros dias de operação tinha sido dramática para todos os utentes de Sesimbra, aqueles que queriam viajar para Setúbal no quadro dos transportes escolares para a escola secundária de Sampaio, e que efetivamente, também o município de Sesimbra, no quadro daquilo que era a sua responsabilidade na valorização e na tentativa de resolução dos problemas dos utentes e dos seus cidadãos e os seus munícipes, também tinha tentado procurar, junto da TML, perceber qual era a dimensão deste real problema, portanto, havia uma dimensão neste momento que era transversal a todos os prestadores de serviços que tinha a ver com a falta de motoristas. Todos eles, sem exceção, fosse no lote 1, no lote 2, no lote 3 ou no lote 4, tinham falta de motoristas. -----

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Referiu que no lote 4 tinha havido uma falta de formação de novos motoristas que nem os percursos e as frequências sabiam, portanto, havia aqui uma dificuldade também de implantação no território por parte do prestador de serviço do lote 4. Era normal, e vinham acompanhando, sobretudo nas questões do lote 3, com um sentido de responsabilidade entre TML e os 3 Municípios: Almada, Seixal e Sesimbra, e tinha de se dizer com toda a franqueza, com um grande sentido de responsabilidade dos TST, pelo menos a administração, até bem diferente daquilo que era a relação e a indicação dos problemas quando estes eram os gestores da operação e eram os operadores, o que levava, e estavam a falar de um incumprimento contratual que teria de ser visto em sede da relação entre os 2 co contraentes e o Tribunal de Contas, tendo em conta a dimensão desta operação, de que não havia condições neste momento, não havia falta de autocarros no lote 3, sendo que havia mais autocarros do que motoristas, portanto o número de autocarros seria totalmente suficiente para garantir a operação a 100%, como estava prevista, mas não havia neste momento motoristas suficientes e, portanto, havia uma decisão consensualizada entre os 3 municípios, a TML e o operador, de iniciar a operação no lote 3 no dia 01 de Julho, de forma cautelosa para não haver suprimimento de horários nem de frequências, iniciando com cerca de 24% de frequência de operação superior àquela que existia no momento. Portanto, não seriam colocadas em causa as linhas existentes, mas entrariam em funcionamento novas linhas. -----

-----Também tinha sido definido entre todos que não haveria diminuição das frequências nas linhas existentes no atual contrato, o que significa, por exemplo, que no caso de Sesimbra iria haver um aumento brutal da frequência entre Quinta do Conde-Sesimbra; Aldeia do Meco-Sesimbra; Cabo Espichel/Azoia- Sesimbra; Sesimbra-Sampaio; Sesimbra-Alto das Vinhas. Essas carreiras que eram linhas que se mantinham, algumas com ligeiras alterações, iriam ter um aumento considerável das frequências, o que iriam retardar e que iria ser implementado a um de cada mês: a um de Setembro, a um de Outubro, a um de Novembro, a um de Dezembro e a um de Janeiro, era o conjunto de novas linhas, sendo que no dia um de Janeiro tinha de estar garantido que a operação que estava em curso correspondia a 100% àquilo que estava contratualizado. -----

-----Disse que não se sentiam satisfeitos com esta opção porque as expetativas que tinham com o início desta operação, que era implementada, tendo em conta também o esforço feito pelos municípios e pelo Estado em 2019 com a redução tarifária, era de facto elevada. Neste momento tinham baixado um pouco a expectativa, e era claro que isto iria ter reflexo garantidamente também na confiança e naquilo que seria a adesão de novos utentes à operação Rodoviária, mas o princípio adjacente a esta tomada de decisão, era que, mais do que haver expectativas que estavam elevadas e que não iriam ser cumpridas,

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

pior do que isso seria iniciar a operação a 100% e haver quebras de confiança com falta de linhas e falta de frequências. -----

-----De seguida, referiu que não queria dar nenhuma informação que não fosse fidedigna, até porque não lhe competia fazê-lo, nos casos dos lotes 1 e 2, mas queria dizer que, apesar de tudo, a situação do ponto de vista de viaturas e de motoristas, estava mais estabilizada no lote 3. As dificuldades eram muito maiores num lote 1 e no lote 2 da margem Norte e continuavam a existir também no lote 4 com o novo operador. -----

-----Disse que no início da operação não iria estar implementada toda a tecnologia que estava prevista também contratualmente, mas isso por motivos não imputáveis ao operador, pois havia falta de componentes tecnológicos que a própria TML não havia conseguido garantir a tempo e horas, que tinha a ver sobretudo com a questão da informação digital ao Público em determinadas zonas de algumas paragens de maior dimensão em todo o território do lote 3 e dos restantes. Não iria ser possível a contabilização do número de utentes, porque também não tinham a tecnologia instalada em todos os autocarros. Portanto, havia uma contabilização de todos os utentes que entravam em tempo real para essa informação também ser fornecida à TML. Seria daí que iriam ter todo o trabalho de perceber se as frequências e se as linhas eram aquelas que eventualmente se deviam manter ou se podiam fazer alguns ajustes. Na melhor das hipóteses essa tecnologia só estaria pronta a um de setembro.-----

----- Neste sentido, não tendo de fazer defesa da recomendação, diria que o que a recomendação dizia era para não deixarem só isto nas mãos da TML e para acompanharem também esta situação que, não sendo de responsabilidade da Câmara, iria ter impacto sobre os cidadãos de Sesimbra. Portanto, o que podia dizer à CDU era que o Município de Sesimbra tinha estado a fazer isso com toda a cautela, a dar toda a informação que neste momento dispunha.-----

----- Informou que o Município ainda não tinha na sua posse os horários, que era fundamental para a questão da comunicação. Esperavam que durante esta semana pudessem ter em formato PDF para divulgar e ser colocados, com a ajuda da Câmara também, sendo que era uma questão que contratualmente estava prevista ser apenas do prestador de serviço, naquilo que eram os postaletes. Cada postalete iria ter a informação dos respetivos horários das carreiras que iriam passar, e este era o único lote onde nas respetivas paragens iriam ter o horário de passagem e não o horário de início da operação, portanto, ou seja, numa determinada paragem iria estar o horário de passagem do autocarro e não horário que ela sai, por exemplo, de Sesimbra. --- Portanto, em Santana iria estar o horário de Santana,



Assembleia Municipal de Sesimbra

previsível, obviamente. Acrescentou que iriam ajudar a TML e os TST a colocar em tempo real na próxima semana toda esta operação na rua, inclusivamente, toda esta informação. Seria muito em cima da hora claramente, mas era o possível nesta fase, sendo que mensalmente iriam ser substituídos os horários em todas as paragens, naquelas onde existisse uma nova linha, por forma a garantir também essa informação ao utente. -----

----- Este era o quadro que tinham, que não era fácil. Havia questões contratuais que não iriam ser cumpridas, umas por responsabilidade da TML, que estavam altamente justificadas porque sabiam a dificuldade hoje, em termos de acesso a alguns componentes tecnológicos, outras por responsabilidade dos próprios prestadores de serviços, mas também algumas se reconheciam que eram dificuldades que todos tinham hoje nas mais diversas áreas de contratação de recursos humanos, e esta não fugia à regra. Estavam a falar na aquisição, em todos os lotes, de mais de 1200 autocarros novos para pôr esta operação na rua, e nem todos tinham chegado a horas, felizmente os do lote 3 tinham chegado os últimos no dia 24, estando todos disponíveis para iniciar a operação. -----

----- Disse que todos os dias teriam de ter chapas para os motoristas, ou seja, o trabalho que tinham de fazer durante aquele dia, e neste momento para fazer a operação toda no lote 3 tinham 538 chapas e só existiam 420 motoristas disponíveis. Havia 75 que estavam contratados já há algum tempo, estavam a ter formação e não tinham ainda certificação do IMT para os transportes públicos, portanto, estavam a aguardar também a certificação do campo e, portanto, tudo isto tinha levado a que tivessem esta cautela, de iniciar uma operação gradualmente entre um de julho e 01 de janeiro de 2023. Neste momento era o que podia dizer, sendo que havia 2 dificuldades: a implantação e a comunicação, sendo que esta última também não vinha sendo fácil com os utentes. -----

----- Referiu que no lote 3, uma das coisas que tinha funcionado mal era exatamente isto, porque se passassem em todas as paragens, e não só no Concelho de Sesimbra, mas também aqui ao lado em Setúbal, não havia uma única paragem neste momento que tivesse horário das carreiras do lote 4. A informação prestada à TML era que havia todas as condições para se começar no dia 01 de Junho, e não era a 2 dias de se iniciar uma operação que se deitava abaixo uma operação nova e, portanto, essa informação tinha-se vindo a verificar não ser totalmente fidedigna, sendo que tinha havido todo este impacto negativo no lote 4 que abrangeu, do ponto de vista da confiança do utilizador, toda a operação da Carris Metropolitana. -----

----- Disse que se tinha feito uma grande revolução muito impulsionada pelo anterior Presidente do Conselho Metropolitano, Fernando Medina, que tinha conseguido aquilo que seria, talvez o mais difícil,

Ata nº 13 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

que era uma consensualização de 18 municípios com sensibilidades políticas completamente diferentes e ir buscar ao orçamento de 18 municípios mais de 50.000.000,00€ de euros para financiar esta operação concertada e acertada por todos, e hoje não gostava de ver alguns colegas seus, no momento de fragilidade do lote 4, dizer que a culpa era da TML e que os municípios não tinham responsabilidade nenhuma e ainda iam pedir contas de quem é que era o responsável por isto. Não gostava de ouvir isso porque não ficava bem, sendo que a operação era todos e todos tinham feito um esforço, no caso Sesimbra estavam a falar em 10.000.000,00€ em 10 anos, que podia chegar a cerca de 12.000.000,00€ se houvesse uma diminuição da procura face àquilo que era expectável, porque seria a bilhética a financiar grande parte da operação, portanto, se procura não correspondesse àquilo que estava perspetivado, iria haver uma dificuldade financeira. O Município de Sesimbra havia assumido, e a Assembleia Municipal, para além de 999.000,00€ por ano, chegara cerca de 1.200.000,00€ se houvesse essa dificuldade. -----

-----Disse que também era unânime que a dificuldade era que o anterior Presidente do Conselho que discutia isto com um membro do Governo, era Hoje um membro do Governo com quem tinham de discutir esta matéria, o que queria dizer que havia uma instabilidade grande, reconhecida por todos, principalmente por aquilo que era o Presidente do Conselho Metropolitano, no financiamento por parte do Governo desta operação porque estava dependente sempre dos respetivos orçamentos de Estado e este já havia diminuído relativamente ao ano anterior e, portanto, isto podia pôr em causa também a operação. Não apenas a operação do transporte rodoviário, mas também a operação de outros operadores, onde se incluía os transportes coletivos do Barreiro, o Mobi Cascais, a Fertagus, o transporte fluvial, porque a comparticipação, sobretudo do programa de redução tarifária, era feita pela AML e não pelo Governo e, portanto, era com base na bilhética e com base em toda a remuneração da operação que se dava a compensação a todos os operadores pela redução tarifária, sendo que era preciso encontrar também garantias e era este o trabalho que vinham fazendo com o atual titular da pasta das Finanças. -----

-----Disse que tinha de se encontrar uma solução do ponto de vista do Orçamento de Estado e do ponto de vista da regulamentação do apoio financeiro a esta operação que não ficasse dependente dos respetivos orçamentos de Estado e da dinâmica que podia implantar em cada ano orçamental. -----

-----De seguida, não havendo mais intervenções, o Presidente colocou à votação a **Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra com o título “Avançar - Por Mais e Melhores Transportes”, que, estando presentes 23 eleitos, foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor (9 CDU, 1 CHEGA, 2 PPD/PSD, 1 MSU e 1 BE) e 9 abstenções (8 PS e 1 CHEGA).** -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Não havendo mais nada a tratar, a Deputada Sandra Carvalho solicitou a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão eram uma hora e dez minutos do dia dezoito de junho de dois mil e vinte e dois. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que após aprovação vai ser assinada pelo Presidente e por quem a lavrou.